



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



**CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NA MODALIDADE A
DISTÂNCIA**

Projeto de Formação de Professores em Rede

2023

Equipe Diretiva IFAP

Reitor

Marialva do Socorro Ramalho de Oliveira de Almeida

Pro Reitora de Ensino

Romaro Antonio Silva

Pró-Reitor de Pesquisa Pós-Graduação e Inovação

Layana Costa Ribeiro Cardoso

Pró-Reitor de Extensão

Érika da Costa Bezerra

Pró-Reitor de Administração

Tatiane Vaz de Sales Cardoso

Equipe Diretiva IFC

Reitora

Sônia Regina de Souza Fernandes

Pró-Reitora de Ensino

Josefa Surek de Souza

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação

Claudecir Alberto Schenkel

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

José Luiz Ungericht Júnior

Pró-Reitor de Administração

Stéfano Moraes Demarco

Pró-Reitor de Extensão

Fernando José Garbuio

Equipe Diretiva IFG

Reitor

Jerônimo Rodrigues da Silva

Pró-Reitor de Ensino

Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Paulo Francinete Silva Junior

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos

Amaury França Araujo

Pró-Reitor de Administração

José Carlos Barros Silva

Pró-Reitor de Extensão

Daniel Silva Barbosa

Equipe Diretiva IFGoiano

Reitor

Vicente Pereira de Almeida

Pró-Reitor de Ensino

Virgílio José Tavira Erthal

Pró-Reitor de Pesquisa

Fabiano Guimarães Silva

Pró-Reitor de Extensão

Sebastião Nunes da Rosa Filho

Equipe Diretiva IFMA

Reitor

Francisco Roberto Brandão Ferreira

Pró-Reitor de Ensino

Ximena Paula Bandeira Maia da Silva

Pró-Reitor de Pesquisa

Natilene Mesquita Brito

Pró-Reitor de Extensão

Fernando Antônio Carvalho de Lima

Equipe Diretiva IFMT

Reitor

Willian Silva de Paula

Pró-Reitor de Ensino

Carlos André de Oliveira Câmara

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação

Wander Miguel de Barros

Pró-Reitor de Extensão

Marcus Vinicius Taques Arruda

Pró-Reitor de Administração

Túlio Marcel Rufino de Vasconcelos Figueiredo

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

João Germano Rosinke

Equipe Diretiva IFRJ

Reitor

Rafael Barreto Almada

Pró-Reitor de Ensino

Alessandra Ciambarella Paulon

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Rodney Albuquerque

**Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional, Valorização de
Pessoas e Sustentabilidade**

José Arimathéa Oliveira

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

Igor da Silva Valpassos

Pró-Reitor de Extensão

Cristiane Henriques de Oliveira

Equipe Diretiva IFRN

Reitor

Prof. Wyllys Abel Farkatt Tabosa

Pró-Reitor de Ensino

Agamenon Henrique de Carvalho Tavares

Pró-Reitor de Pesquisa
Márcio Adriano de Azevedo

Pró-Reitor de Extensão
Régia Lúcia Lopes

Equipe Diretiva IFRO

Reitor
Uberlando Tiburtino Leite

Pró-Reitor de Ensino
Moisés José Rosa Souza

Pró-Reitor de Pesquisa
Gilmar Alves Lima Junior

Pró-Reitor de Extensão
Maria Goreth Araújo Reis

Equipe Diretiva IFSP

Reitor
Eduardo Antonio Modena

Pró-Reitor de Ensino
Reginaldo Vitor Pereira

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação
Elaine Inácio Bueno

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional
Aldemir Versani de Souza Callou

Pró-Reitor de Administração
Silmário Batista dos Santos

Pró-Reitor de Extensão
Wilson de Andrade de Matos

Equipe Diretiva IFSUL

Reitor
Flavio Luís Barbosa Nunes

Pró-Reitor de Ensino

Guilherme Ribeiro Rostas

Pró-Reitor de Pesquisa

Vinicius Martins

Pró-Reitor de Extensão

Gisela Loureiro Duarte

Equipe Diretiva IFSULDEMINAS

Reitor

Cléber Ávila Barbosa

Pró-Reitor de Ensino

Luiz Carlos Dias da Rocha

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Carlos Henrique Rodrigues Reinato

Pró-Reitor de Extensão

Elisângela Silva

Pró-Reitor de Administração

Honório José de Moraes Neto

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Thiago de Sousa Santos

Equipe Diretiva IFTO

Reitor

Antonio da Luz Júnior

Pró-Reitora de Ensino

Nayara Dias Pajeú Nascimento

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Paula Karini Dias Ferreira Amorim

Pró-Reitor de Administração

Octaviano Sidnei Furtado

Pró-Reitor de Extensão

Gabriela de Medeiros Cabral

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis
Marilene Dantas Sepulveda

SUMÁRIO

1. Identificação da Rede	8
2. Identificação do Curso	12
2.1. Público-Alvo e Requisitos de Acesso	12
2.2. Título	12
3. Apresentação	14
4. Breve Histórico da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	17
5. Breve Histórico do Curso de Pedagogia	20
6. Breve Histórico da Educação a Distância	23
7. Justificativa	26
8. Objetivos	31
8.1. Geral	31
8.2 Específicos	32
9. Perfil do Egresso	34
10. Diretrizes Legais	39
11. Organização Curricular	42
11.1. Estrutura Curricular	43
11.2. Estrutura dos Núcleos do Curso	45
11.3. Prática como Componente Curricular	46
11.4. Estágio Supervisionado	48
11.5. Oficinas e Seminários Integradores e Práticas Extensionistas	54
11.5.1. Oficinas	56
11.5.2. Seminários Integradores e Práticas Extensionistas	57
11.6. Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento	58
11.7. Trabalho de Conclusão de Curso	60
12. Princípios Metodológicos	62
12.1. Corpo Tutorial	63
12.1.1 Tutoria Presencial	63
12.1.2 Tutoria à Distância	64
12.2. Material didático	66
13. Flexibilidade curricular	67
14. Política de Formação Integral do Estudante	68
15. Políticas de Apoio ao Estudante	69
15. 1. Educação Inclusiva	70
16. Implementação das Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão	72
17. Critérios para Validação de Conhecimentos e Experiências Profissionais Anteriores	74
18. Avaliação da Aprendizagem	75
19. Avaliação do Curso	77
20. Funcionamento das Instâncias de Deliberação e Discussão	78
Apêndice A - Ementas	79

1. IDENTIFICAÇÃO DA REDE

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.

Sigla: **IFAP**

Endereço: Rod. BR 210, Km 3, s/n - Brasil Novo - Macapá/AP - 68.909-398

Telefone: (96) 3198-2150

Página Institucional: <http://home.ifap.edu.br/>

Endereço Eletrônico (e-mail): reitoria@ifap.edu.br

Natureza Jurídica: Autarquia Federal

Vinculação: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC)

Norma de Criação: Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.

Sigla: **IFC**

Endereço: Rua das Missões, 100 - CEP 89051-000 - Blumenau - SC.

Telefone: (47) 3331-7800

Página Institucional: <http://ifc.edu.br/>

Endereço Eletrônico (e-mail): reitoria@ifc.edu.br

Natureza Jurídica: Autarquia Federal

Vinculação: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC)

Norma de Criação: Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Sigla: **IFG**

Endereço: Avenida Assis Chateaubriand, nº 1.658, Setor Oeste, Goiânia, Goiás, CEP: 74130-012

Telefone: (62) 3612-2200

Página Institucional: <https://www.ifg.edu.br>

Endereço Eletrônico (e-mail): gabinete.reitoria@ifg.edu.br

Natureza Jurídica: Autarquia Federal

Vinculação: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC)

Norma de Criação: Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Sigla: **IFGoiano**

Endereço: Rua 88, nº310, Setor Sul, | Goiania - GO | CEP: 74.085-010

Telefone: (62) 3605-3601/3602

Página Institucional: <https://www.ifgoiano.edu.br>

Endereço Eletrônico (e-mail): reitoria@ifgoiano.edu.br

Natureza Jurídica: Autarquia Federal

Vinculação: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC)

Norma de Criação: Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Nome: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão
Sigla: **IFMA**
Endereço: Avenida Colares Moreira, 477, Renascença, São Luís-MA, CEP 65075-441
Telefone: (98) 98421-1007
Página Institucional: <https://portal.ifma.edu.br/inicio/>
Endereço Eletrônico (e-mail): gabinete@ifma.edu.br
Natureza Jurídica: Autarquia Federal
Vinculação: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC)
Norma de Criação: Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.
Sigla: **IFMT**
Endereço: Avenida Sen. Filinto Müller, 953 - Bairro: Quilombo - CEP: 78043-409 Cuiabá/MT
Telefone: (65) 3616-4100
Página Institucional: <http://ifmt.edu.br/inicio/>
Endereço Eletrônico (e-mail): reitoria@ifmt.edu.br
Natureza Jurídica: Autarquia Federal
Vinculação: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC)
Norma de Criação: Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Nome: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Sigla: **IFRJ**
Endereço: Rua Pereira de Almeida, nº 88, Praça da Bandeira, Rio de Janeiro, RJ, CEP:20260-100
Telefone: (21) 3293-6000
Página Institucional: <https://portal.ifrj.edu.br/>
Endereço Eletrônico (e-mail): reitoria@ifrj.edu.br
Natureza Jurídica: Autarquia Federal
Vinculação: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC)

Norma de Criação: Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Nome: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Sigla: **IFRN**

Endereço: Rua Dr Nilo Bezerra ramalho, 1692 - Tirol - CEP: 59015-300 Natal - RN

Telefone: (84) 4005-0757

Página Institucional: <http://portal.ifrn.edu.br/>

Endereço Eletrônico (e-mail): reitoria@ifrn.edu.br

Natureza Jurídica: Autarquia Federal

Vinculação: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC)

Norma de Criação: Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

Sigla: **IFRO**

Endereço: Av. Tiradentes, 3009 - Setor Industrial, Porto Velho - RO, 76821-001

Telefone: (69) 2182-9600

Página Institucional: <https://www.ifro.edu.br>

Endereço Eletrônico (e-mail): reitoria@ifro.edu.br

Natureza Jurídica: Autarquia Federal

Vinculação: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC)

Norma de Criação: Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

Sigla: **IFSP**

Endereço: Rua Pedro Vicente, 625 - Canindé - São Paulo - SP - Brasil - Cep: 01109-010

Telefone: (11) 3775-4501/4503

Página Institucional: <https://www.ifsp.edu.br/>

Endereço Eletrônico (e-mail): reitoria@ifsp.edu.br

Natureza Jurídica: Autarquia Federal

Vinculação: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC)

Norma de Criação: Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul Rio
Grandense.

Sigla: **IFSUL**

Endereço: Gonçalves Chaves, nº 3218, Centro. Pelotas/RS. CEP 96015-560

Telefone: (53) 3026-6050

Página Institucional: <http://www.ifsul.edu.br/>

Endereço Eletrônico (e-mail): reitoria@ifsul.edu.br

Natureza Jurídica: Autarquia Federal

Vinculação: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC)

Norma de Criação: Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas.

Sigla: **IFSULDEMINAS**

Endereço: Avenida Vicente Simões, 1.111 - Nova Pouso Alegre - Pouso Alegre
MG CEP: 37553-465

Telefone: (35) 3449-6150

Página Institucional: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/>

Endereço Eletrônico (e-mail): faleconosco@ifsuldeminas.edu.br

Natureza Jurídica: Autarquia Federal

Vinculação: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC)

Norma de Criação: Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.

Sigla: **IFTO**

Endereço: Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 sul, ACSU-SE 20,
Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul

Palmas - TO CEP: 77.020-450

Telefone: (63) 3229-2200

Página Institucional: <http://www.ifto.edu.br>

Endereço Eletrônico (e-mail): reitoria@ifto.edu.br

Natureza Jurídica: Autarquia Federal

Vinculação: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC)

Norma de Criação: Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do curso: Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica	
Grau	Licenciatura
Modalidade de oferta	Curso a distância
Duração do curso	8 semestres
Prazo máximo de integralização	16 semestres
Periodicidade	Semestral
Número de vagas	32 vagas por polo
Carga horária em atividades acadêmicas	3.180 horas
Estágio Profissional Supervisionado	400 horas
Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento	200 horas
Trabalho de Conclusão de Curso	120 horas
Carga horária total do Curso	3.900 horas
Início da oferta	2º semestre de 2018

2.1 PÚBLICO-ALVO E REQUISITOS DE ACESSO

O ingresso no Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica, dar-se-á por meio da realização de processo seletivo público, publicado em edital próprio.

Para ingresso no curso, os candidatos deverão ter concluído o ensino médio ou equivalente.

2.2 TÍTULO

Após a integralização da carga horária total do Curso, incluindo prática como componente curricular, atividades complementares, estágio supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o estudante receberá o diploma de **Licenciado em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica**.

Este Curso habilita o aluno para que possa atuar na Educação Básica e em espaços nos quais sejam necessários conhecimentos pedagógicos. Além disso, o

curso visa, como experiência inovadora, proporcionar ao aluno, além dos conhecimentos básicos de Pedagogia, os conhecimentos específicos sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), de forma a levá-lo a conhecer os diferentes níveis e modalidades de ensino que a EPT engloba e articulação destes às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

3. APRESENTAÇÃO

O presente documento expressa a Proposta Pedagógica do Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica (EPT), na modalidade a Distância, ofertada em Rede pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IFGOIANO), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sul Rio Grandense (IFSUL), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO).

Os Institutos Federais integrantes do Projeto de Formação em Rede, no âmbito de suas atribuições e responsabilidade social no campo do ensino, pesquisa e extensão, ao apresentar o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica (EPT), em Rede, na modalidade a distância, têm como objetivo contribuir com a formação e aperfeiçoamento de professores da Rede Federal, Estadual e Municipal de educação básica destes estados, para que possam ser favorecidos na formação docente e no conteúdo do desenvolvimento da prática educativa. O presente projeto, elaborado em Rede, é ofertado pelas instituições parceiras em conjunto, otimizando recursos humanos e financeiros.

Estes institutos, em Rede, ao ofertar o Curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT, dão continuidade à trajetória histórica da Educação Profissional no Brasil. Os Institutos Federais têm como um de seus objetivos o fortalecimento como instituição educacional pública transformadora da realidade social, investindo na construção de processos educacionais que adotem o trabalho como princípio educativo e a articulação de ensino, pesquisa e extensão como princípio pedagógico.

Também com base na função social dos Institutos Federais em promover educação humanística, científica e tecnológica para formar cidadãos capazes de compreender criticamente a realidade, preparando-os para a inserção no mundo do trabalho. Conforme determina a Lei nº 11.892, publicada em 29/12/2008 (BRASIL, 2008), estas instituições têm como um de seus objetivos a oferta de cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica.

Nesse horizonte, a oferta do Curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT vem para consolidar a evolução constante ocorrida na rede dos Institutos Federais, fruto de esforços, diálogos e construções coletivas. É um trabalho de muitas mãos, evidenciando as concepções e pretensões do grupo de sujeitos envolvidos na construção e implementação do currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT.

Enquanto produto de planejamento participativo, o presente documento tem o mérito de atribuir visibilidade às decisões curriculares, contribuindo para o fortalecimento da identidade pedagógica compartilhada por seus agentes educativos. Como processo, tem o vigor da mobilização coletiva, ensejando o envolvimento reflexivo da comunidade educativa na definição de sua proposta formativa.

A par de sua inegável potencialidade transformadora, o Projeto Pedagógico somente assumirá sua funcionalidade plena à medida que seus atores o assumirem como instrumento político-pedagógico de mudança, operando efetivamente com os fundamentos pedagógicos aqui anunciados.

O Curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT visa formar profissionais conhecedores e articulados com a realidade local e regional, com domínio nos conhecimentos específicos de sua área de atuação e com competência

pedagógica para atuarem no exercício do magistério nas etapas da educação básica, comatenção à educação profissional e tecnológica, assim como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

A organização do currículo do curso, proposto em quatro anos, tem na relação teoria-prática seu eixo aglutinador. Assim, seus referenciais teóricos mantêm permanente interlocução com os conhecimentos de caráter prático, procurando formar ao mesmo tempo, um profissional que domine a tradição pedagógica, identifique as necessidades da realidade educacional e proponha alternativas novas e originais aos processos educativos.

Para tanto, os discentes devem percorrer um processo formativo integrado e dinâmico pautado na concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como no reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e considera a realidade da profissão de pedagogo e dos ambientes das instituições educativas da educação básica (BRASIL, 2015).

4. BREVE HISTÓRICO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A história da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica começou em 1909, quando o então Presidente da República, Nilo Peçanha, criou 19 escolas de Aprendizes e Artífices e que, na década de 1990, deram origem aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Cefets), equiparando-se, no âmbito da educação superior, aos centros universitários.

Este processo de expansão da Rede Federal evidenciou a necessidade de se discutir a forma de organização da instituição, bem como de explicitar seu papel no desenvolvimento social do país; os debates resultaram na criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), pela Lei nº 11.892, publicada em 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008).

Nesse contexto, o compromisso do governo federal aponta para a celebração de uma trajetória percorrida ao longo do século XX e, no limiar do século XXI, na construção de um novo paradigma para a Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2012).

Os Institutos Federais possuem natureza jurídica de autarquias, detentores de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, que, de acordo com o Capítulo I, Art. 2º, da Lei 11.892, de 29 de setembro de 2008, são instituições de ensino básico, profissional e superior, pluricurriculares e *multicampi*, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos da Lei, e conforme as disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, são equiparados às universidades federais.

O Art. 6º, da Lei 11.892/2008, Capítulo II, Seção I, afirma que os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; II -

Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; III - Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão; IV - Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; V - Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica; VI - Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino; VII - Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica; VIII - Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; IX - Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Em seu Art. 7º, determina que, observadas as finalidades e características definidas no art. 6º, são objetivos dos Institutos Federais:

I - Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; II - Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica; III - Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; IV - Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; V - Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e VI - Ministrando em nível de educação superior: a) Cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; b) Cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; c) Cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; d) Cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e e) Cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Dessa forma, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica possibilita que seus estudantes tracem itinerários formativos que

podem ir do curso técnico integrado ao ensino médio à pós-graduação. Essa concepção garante ao jovem iniciar os estudos, com abertura de possibilidade de dar continuidade à sua formação intelectual e profissional dentro de uma instituição que não trabalha apenas pela formação profissional, mas também pela formação humana integral e integrada, numa perspectiva, portanto, da união trabalho-ensino, politecnicidade e omnilateralidade.

5. BREVE HISTÓRICO DO CURSO DE PEDAGOGIA

O Curso de Pedagogia, no Brasil, ao longo de sua trajetória, definiu como cerne de seus pressupostos os processos educativos nos mais diversos ambientes, incluindo o escolar. A primeira regulamentação se deu através do Decreto-Lei nº 1.190/1939, espaço que foi definido como de formação de “técnicos em educação” com vistas a, mediante concurso, assumirem funções de administração, planejamento de currículos, orientação a professores, inspeção de escolas, avaliação do desempenho de alunos e docentes, de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da educação.

Em 1961, instituiu-se o currículo mínimo do curso de bacharelado em Pedagogia, composto por sete disciplinas indicadas pelo Conselho Federal de Educação (CFE) e, mais duas, escolhidas pela instituição ofertante. Essa forma de oferta, centralizadora da organização curricular, teve como intento o desenho curricular do bacharel em Pedagogia, mantendo, segundo a ótica dos curriculistas, uma unidade de conteúdo, aplicável como critério para transferências de alunos, em todo o território nacional.

A Lei nº 5.540/1968, conhecida como a Lei da Reforma Universitária, facultava à graduação em Pedagogia a oferta das habilitações: Supervisão, Orientação, Administração e Inspeção Educacional. O Parecer CFE nº 252/1969, que dispunha da organização e do funcionamento do curso de Pedagogia, aponta a formação de profissionais da educação e acrescenta a possibilidade de obtenção do título de especialista, mediante complementação de estudos.

O mesmo parecer prescrevia a unidade entre bacharelado e licenciatura, fixando a duração do curso em quatro anos. Como licenciatura, permitia o registro para o exercício do magistério nos cursos normais. Mais de meio século já se passou e a Pedagogia vem conquistando espaços e enveredando experiências de formação inicial e continuada de docentes, com vistas a preparar para o trabalho na educação básica, e nos espaços escolares e não escolares.

A Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, trata o curso de Pedagogia de forma específica, dando aos portadores de diploma do referido curso o título de

trabalhadores em educação. Também possibilita, conforme o artigo 62 B da referida lei, acesso diferenciado ao curso de pedagogia para os professores das redes públicas de educação básica (BRASIL, 1996).

Esta lei, que rege a educação brasileira, estabelece ainda, em seu artigo 64, que o curso de Pedagogia deverá formar profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica.

A legislação, portanto, traz diversas ênfases nos percursos de formação do pedagogo, contemplando, entre outros temas, a educação infantil, educação de jovens e adultos, dos povos indígenas e quilombolas, educação do campo, educação especial, educação a distância e novas tecnologias de informação e comunicação aplicadas à educação.

A Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, traz, de forma clara, a necessidade de atendimento aos núcleos: de estudos básicos; de aprofundamento e diversificação de estudos; e de estudos integradores. Cada um destes núcleos apresenta suas peculiaridades, que, em conjunto contribuem para a formação integrada do profissional que atuará na educação.

Importante registrar que o Parecer CNE/CP nº 9/2009 mostra o avanço das Diretrizes Nacionais da Pedagogia, quando aponta a superação da ideia de “currículo mínimo”, dotando os cursos de maior atualidade e diversidade para atender às peculiaridades, necessidades e interesses dos educandos.

Este parecer enfatiza também que os graduados em Pedagogia devem estar “aptos para a docência, em sentido estrito e com as atribuições de gestão escolar contemporâneas, legitimadas também pelo princípio da gestão democrática do Ensino” (BRASIL, 2009, p. 4). Assim, é importante destacar a amplitude da formação em Pedagogia para além da docência em educação infantil e séries iniciais da educação básica, como se apresenta neste documento.

Por fim, a Resolução CNE/CP nº 2 de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada, trata a Pedagogia com as mesmas regras das demais licenciaturas, porém estabelece, em seu artigo 13, parágrafo quinto, que neste curso deverá preponderar os tempos dedicados à constituição de

conhecimento sobre os objetos de ensino.

A Pedagogia é tratada geralmente como a licenciatura que prepara os docentes para atuação na Educação Infantil e anos Iniciais do Ensino Fundamental. Não obstante, o curso Pedagogia e EPT traz em seu bojo a especificidade de, além de preparar os profissionais da educação para as áreas citadas, contempla em seu itinerário constitutivo a formação para atuar na Educação Profissional e Tecnológica, nível este que possui aspectos diferenciados ao ofertar preparação para o trabalho integrada à formação geral, buscando o desenvolvimento do ser humano em todas as suas potencialidades.

6. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

No Brasil, as primeiras experiências em Educação a Distância (EaD) são do início do século XX, com a oferta de cursos profissionalizantes por correspondência, sendo o primeiro registro da oferta de ensino a distância datado em 1904, com a oferta de um curso por correspondência de datilografia, divulgado no Jornal do Brasil. Em 1937, a partir do avanço tecnológico proporcionado com a difusão do rádio, foi criado o Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE) do Ministério da Educação. Após a criação do SRE, foram implantados inúmeros programas educativos de radiodifusão, em sua maioria de iniciativa da Igreja Católica.

Na década de 1940, passaram a ser ofertados cursos profissionalizantes em instituições como o Instituto Monitor (que ofertava o curso de Eletrônica em Rádio por correspondência), Instituto Universal Brasileiro (ofertava cursos livres de curta duração no setor industrial e de serviços e cursos supletivos), e pela Universidade do Ar, patrocinada pelo Senac e pelo Sesc. Até hoje, algumas dessas instituições permanecem ligadas à formação profissional por meio de cursos a distância.

A oferta da EaD se deu, durante longo período, somente nos chamados cursos livres. Com a promulgação da Lei nº 5.692/71 - Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus -, permitiu-se, conforme parágrafo 2º do art. 25, o uso de rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação para ministrar cursos supletivos, o que seria um primeiro passo para o reconhecimento da EaD.

Logo após, foram criados os telecursos, transmitidos pela TV. Em 1978, a Fundação Roberto Marinho, em parceria com a Fundação Padre Anchieta, mantenedora da TV Cultura de São Paulo, criou o Telecurso 2º grau, projeto de educação supletiva a distância, sendo a primeira vez que uma rede comercial de televisão – TV Globo – era usada para um projeto educativo. Em 1981, com a experiência adquirida no desenvolvimento e veiculação desse projeto, foi iniciada a transmissão do Telecurso 1º grau, permanecendo no ar até a estreia, em 1995, do Telecurso 2000 e, concomitantemente, do Telecurso 2000 Profissionalizante.

O modelo de telecurso conviveu com os formatos antigos, como o material impresso, uma característica que se manteve até a década de 1990. Durante esse período, surgiram várias iniciativas de EaD em projetos para ampliar o acesso à educação, promover o letramento e a inclusão social de adultos.

Diante da nova realidade sociocultural e com o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e o advento da internet, as instituições de ensino passaram a ofertar a EaD por meio de ambientes virtuais de aprendizagem. Nesses, a mediação pedagógica e interação entre professores e alunos são realizadas em processos síncronos ou assíncronos, tornando as barreiras espaço-temporais cada vez menores e proporcionando aprendizagens cada vez mais personalizadas, ao possibilitar o uso de diferentes recursos educacionais, que podem englobar diversos tipos de mídias e tecnologias em prol de uma aprendizagem ativa e colaborativa.

A EaD efetivou-se legalmente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB nº 9.394/1996, que regulamenta, no art. 80, o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino.

A partir das diretrizes traçadas pela LDB, a EaD foi regulamentada pelo Decreto nº 2.494/98, dos quais destacam-se: o estabelecimento de critérios para credenciamento das instituições de ensino; autorização e reconhecimento de cursos; a possibilidade de oferta de cursos a distância nos diversos níveis de ensino (ensino fundamental para jovens e adultos, ensino médio, educação profissional, e graduação); a equivalência entre cursos presenciais e a distância para fins de transferência e aproveitamento de créditos; a validade nacional de certificados e diplomas de cursos a distância por instituições credenciadas e registrados na forma da lei.

O Decreto nº 5.622/2005 revogou o Decreto nº 2.494/1998, trazendo relevantes mudanças, entre elas a própria concepção de educação a distância que, no lugar da autoaprendizagem, passa a reforçar a necessidade de mediação pedagógica e de interação entre professores e alunos por meio da utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). O Decreto também possibilitou

a oferta de cursos de pós-graduação a distância nas modalidades *lato sensu* e *stricto sensu*, estabelecendo normas e instruções mais específicas para o credenciamento e autorização de cursos.

Complementando a legislação anterior, foram publicados os Decretos nº 5.773/2006 e 6.303/2007, dispondo sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação para credenciamento e credenciamento de instituições para oferta de educação superior a distância e para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de educação a distância.

Como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação, no sentido de expandir e interiorizar a oferta de educação no Brasil, em todos os níveis de ensino, o Governo Federal instituiu, pelo Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). A UAB fomenta a oferta de educação superior pública e de qualidade por meio da modalidade de educação a distância, bem como apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos, estimulando a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de educação a distância em localidades estratégicas e incentivando o desenvolvimento de municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). A meta prioritária do Sistema UAB é contribuir para a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação, por isso, as ofertas de vagas são prioritariamente voltadas para a formação inicial de professores da educação básica.

No dia 25 de maio de 2017, foi sancionado o Decreto nº 9.057, que trouxe novas mudanças quanto à regulamentação para criação de polos e credenciamento de instituições e revogou o Decreto nº 5.622/05, atrelando, ainda, à oferta de EaD a exigência de pessoal qualificado, políticas de acesso e acompanhamento e avaliação compatíveis (BRASIL, 2017).

Em 15 de dezembro de 2017, é publicado o Decreto nº 9.235, que revoga os Decretos nº 5.773/06 e 6.303/07, dispondo sobre a regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de

graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Em 2 de agosto de 2018, é publicada a Portaria Normativa MEC nº 742, que complementa este Decreto, dispondo sobre os fluxos dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.

7. JUSTIFICATIVA

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados em dezembro de 2008, com a Lei nº 11.892, que aponta como um dos seus objetivos, a oferta de cursos de licenciatura para formação de professores para a educação básica e profissional (BRASIL, 2008).

Este modelo de instituição já estava mencionado no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), publicado em 2007, no qual defendia a proposta de criação dos Institutos Federais, como oportunidade de articular as instituições federais de educação profissional tecnológica, especialmente, “para uma atuação integrada e referenciada regionalmente” (BRASIL, 2007, p. 31) e como mais uma possibilidade de ampliação da educação superior através do ensino público federal, uma vez que a demanda por este nível de ensino já vinha sendo destacada desde o Plano Nacional de Educação (PNE), de 2001, quando indicava a necessidade de ampliar o seu acesso ao menos a 30% da população de jovens dos 18 aos 24 anos (BRASIL, 2001, p. 43).

O documento Contribuições para o Processo de Construção dos Cursos de Licenciatura dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, elaborado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, ressalta que a organização curricular dos Institutos Federais com a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e superior, traz para seus docentes um espaço ímpar de construção de saberes, por terem a possibilidade de, no mesmo espaço institucional, construir vínculos em diferentes níveis e modalidades de ensino, buscando assim metodologias mais adequadas e pertinentes a cada ação (MEC, 2011).

De fato, na última década muitos foram os esforços realizados para garantir maior organização entre as políticas, os programas e as ações direcionadas à formação de professores. A aprovação do Plano Nacional da Educação (PNE, 2014) foi o principal avanço neste sentido.

Esses esforços visavam superar os desafios da formação de professores, na medida em que o número de docentes atuando na educação básica sem a correspondente formação em nível superior, de acordo com o Parecer CNE-CP nº

02/15 é significativo (25,2% do total de 2.141.676 docentes). Desse contingente de profissionais sem formação superior, 0,1% não completou o Ensino Fundamental, 0,2% possui apenas o Ensino Fundamental completo, e 24,9% possuem o Ensino Médio, dos quais 13,9% concluíram o Ensino Médio Normal/Magistério e 4,9%, o Ensino Médio sem Magistério, enquanto 6,1% estão cursando o Ensino Superior (Parecer CNECP n° 02/15).

Ao propor o Curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT, a Rede denota, em primeiro lugar, seu compromisso social, capaz de recriar novas possibilidades de superação de problemas e desafios na sociedade e na educação básica, de modo a propiciar um novo caminho para além do “esgotamento de tudo o que uma escola de educação básica possa oferecer aos seus alunos” (Resolução CNE-CP n° 1/02).

Em segundo lugar, ao oferecer um curso destinado a formar profissionais para atuarem no contexto da educação profissional e tecnológica, procura assegurar a articulação entre a docência, a gestão educacional e a produção do conhecimento na área da educação que, por sua vez, não limitará a atuação desse profissional apenas para a docência, ampliando-a para a ideia de trabalho pedagógico, a ser desenvolvido em espaços escolares e não escolares.

Nesse caso, a docência passa a implicar articulação com um contexto mais amplo, exigindo capacidade de reflexão crítica da realidade, pois as práticas educativas definem-se e realizam-se mediadas pelas relações socioculturais, políticas e econômicas.

Desse modo, a Rede dirige seu compromisso às necessidades e perspectivas da sociedade atual, pois sem isso as discrepâncias ou lacunas ainda existentes no processo de formação de professores não poderão ser minimizadas, nem transformadas numa formação mais coerente com o contexto no qual estamos inseridos.

A proposição do referido Curso, ao ampliar o percurso formativo para o exercício de várias funções no magistério, procura formar profissionais qualificados a atender à demanda referente às áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos e valoriza sua missão e compromisso com a educação profissional e tecnológica, campo específico de suas ações formativas.

Além disso, deve-se considerar que a formação de pedagogos ocupa papel relevante no contexto das instituições educativas de todos os níveis, tanto pela importância da função daqueles a quem oferece preparo profissional como pelo significado dos espaços sociocomunitários onde se desenvolvem suas ações, com vistas ao aperfeiçoamento humano.

O Curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT projeta-se através de sua proposta educativa que abrange:

- a formulação, o desenvolvimento e a avaliação de projeto pedagógico próprio; a auto-organização de docentes e acadêmicos no sentido da construção da identidade pessoal/profissional;
- a prática pedagógica/docente compreendida em sua dimensão coletiva e pessoal, implicando, simultaneamente, em autonomia e responsabilidade;
- o desenvolvimento de competências profissionais exigidas pela utilização de metodologias pautadas na articulação entre teoria e prática, na resolução de situações problema e na reflexão sobre os processos de formação e atuação profissional;
- o fortalecimento da investigação científica;
- a produção e a socialização do conhecimento;
- a vivência crítica da realidade socioeducacional; e
- experimentação de propostas inovadoras de formação/ prática educativa.

A partir da proposição de uma formação pautada na investigação, na reflexão crítica, na experiência, tendo como base o domínio e a articulação dos mais variados campos de conhecimento, o futuro licenciado estará apto a observar, analisar, executar e avaliar o ato docente e suas repercussões em aprendizagens, bem como a orientar práticas de gestão de processos educativos escolares e não escolares, além de atuar na organização, no funcionamento e na avaliação de sistemas e de estabelecimentos de ensino.

Nesse horizonte, procurou-se construir um Projeto Pedagógico de Curso que vise a formação do futuro docente, buscando, cada vez mais, a integração entre os conhecimentos didático-pedagógicos e os conhecimentos das ciências da educação em um conjunto coeso e interdisciplinar com a educação profissional e

tecnológica, permeado pela pesquisa e pelas ações de extensão.

A modalidade a distância justifica-se pela inegável transformação social que passamos e que instituem novos modos de ser e estar no mundo. Giddens (1991) aponta algumas características da sociedade contemporânea referindo-se, em primeiro lugar, à velocidade das mudanças sociais, ocasionada principalmente pelo avanço tecnológico. Em segundo, efeito da primeira característica, é a amplitude das mudanças que nos possibilita estar conectado com o mundo. Assim, mudanças de ordem econômica, social, política e cultural, dentre outras, geram desafios para a Educação no que tange à configuração de novos projetos que estejam em sintonia com as condições contemporâneas de nossa existência. Acredita-se que uma das articulações possíveis para que esta sintonia seja alcançada está na proposição de cursos realizados por meio da educação à distância.

A ampliação de cursos voltados para a formação de professores na atualidade requer o resgate da valorização social dessa profissão, especialmente em um contexto de luta constante pela qualidade e pelo direito à educação. Assim, a implantação do Curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT a distância está inserida em um processo de busca pela qualificação docente.

Pretende-se auxiliar na construção de uma formação crítica, criativa e inovadora capaz de estimular a produção do conhecimento e problematizar as especificidades da educação na atualidade. Entende-se que a docência hoje está diante de novos desafios, demandados pela atual “sociedade da informação” (CASTELLS, 1999). Nessa perspectiva, a garantia de aprendizagens que possibilitem a leitura e a intervenção do/no mundo bem como incorporação de diferentes conhecimentos, originários do mundo tecnológico e de diferentes culturas faz-se necessário na contemporaneidade. Além disto, o campo dos saberes vinculados à Pedagogia vem alargando-se ao longo dos anos. São teorias, propostas metodológicas, conhecimentos cientificamente construídos, que abordam a epistemologia do conhecimento e as metodologias que instrumentalizam a prática pedagógica e que necessitam ser socializados em cursos de formação de professores.

Cabe ressaltar que a concepção adotada para a realização de um curso de

formação inicial de professores na modalidade a distância entende que o trabalho pedagógico com as Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs) implica em compreendê-las como um artefato cultural viabilizador da possibilidade de construção de ambientes de conhecimento, favorecendo a aprendizagem ativa e colaborativa. É no sentido de construirmos ambientes de aprendizagem propiciadores de processos colaborativos na formação de professores que acreditamos ser possível contribuir para uma reflexão crítica e criativa para o futuro pedagogo em seu exercício profissional.

Portanto, o Projeto de Formação em Rede apresenta o curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT na modalidade à distância buscando preencher lacunas históricas da formação de professores para a educação básica, ressaltando a peculiaridade para atuação na Educação Profissional e Tecnológica.

Este curso se apresenta como uma proposta inovadora visando suprir a carência de profissionais com uma formação que propicie os conhecimentos pedagógicos e, além disso, integre-os às especificidades da docência, gestão e serviços de apoio na EPT.

O Projeto de Formação em Rede é uma proposta inédita de parceria entre os Institutos Federais que visa otimizar profissionais e recursos com a construção e execução do curso de forma colaborativa.

8. OBJETIVOS DO CURSO

São objetivos do curso de Pedagogia e EPT em Rede:

8.1 GERAL:

Formar o pedagogo para exercer a docência, a gestão e o apoio escolar na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Superior e em cursos de Educação Profissional e Tecnológica, bem como em outras áreas nas quais sejam necessários conhecimentos relacionados ao desempenho da prática pedagógica, em prol do exercício crítico e competente da profissão, pautado nos valores e princípios políticos, sociais e éticos, estimulando-o à pesquisa e ao aperfeiçoamento de modo a contribuir para a melhoria da educação no país.

8.2. ESPECÍFICOS

- Preparar o pedagogo para atuar na Educação Básica, incluindo nesta a Educação Técnica e Tecnológica, e em espaços nos quais sejam necessários conhecimentos pedagógicos;
- Contribuir com a construção de uma visão abrangente do papel social, político e ético do educador;
- Explicitar uma visão histórica, investigativa e crítica do contexto e necessidades da educação brasileira;
- Formar educadores comprometidos com a educação, com o ensino e com o desenvolvimento de todos os sujeitos sob sua responsabilidade, compreendendo a integração das dimensões física, psicológica, intelectual e social;
- Contribuir para o desenvolvimento das políticas de inclusão educacional para a diversidade no espaço escolar e no mundo do trabalho, no que se refere à educação da pessoa com deficiência e de jovens e adultos;
- Abordar as teorias pedagógicas e curriculares buscando a reflexão sobre a prática, a elaboração do projeto pedagógico e curricular da instituição e o desenvolvimento de processos de organização e supervisão do trabalho educativo;

- Promover o conhecimento sobre procedimentos de investigação e diagnóstico de problemas e dificuldades de sala de aula e da escola, como subsídios para a produção de intervenções necessárias no tocante à superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- Desenvolver atitudes investigativas que conduzam à realização da pesquisa, da extensão e da inovação no ambiente educacional, por meio da promoção de projetos de pesquisa, seminários, atividades de extensão, eventos científicos, entre outros;
- Desenvolver conhecimentos teóricos e práticos sobre o processo educacional de modo abrangente e flexível, possibilitando que a formação esteja em interface com as transformações dos contextos sociais e educacionais e em consonância com os princípios dos direitos humanos e da educação ambiental;
- Formar um profissional capaz de agir nas mais diferentes modalidades de ensino na busca de soluções dos problemas complexos da realidade educacional de forma preventiva (evasão, repetência, analfabetismo, violência, entre outros), favorecendo a reflexão crítica acerca dos valores éticos que devem permear o pensar e o agir profissional;
- Propiciar conhecimento e reflexão sobre o uso de diferentes tecnologias na preparação de aulas e sequências didáticas, oferecendo fundamentação teórica e conhecimento dos principais recursos das novas tecnologias;
- Incentivar a formação contínua e a pesquisa durante o exercício de sua profissão;
- Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- Compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;
- Fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- Trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em

diversos níveis e modalidades do processo educativo;

- Reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas.

9. PERFIL DO EGRESSO

A descrição do perfil do egresso e do campo de atuação do Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica, elaborado em Rede pelas instituições parceiras, atende a Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, de forma que o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

- Exercer a docência e/ou outras atividades pedagógicas na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Superior e em cursos de Educação Profissional e Tecnológica;
- Ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- Relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- Promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
- Desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- Participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto

pedagógico;

- Participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não escolares;
- Realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambientais-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;
- Utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
- Estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

Além do perfil do egresso estabelecido pela Resolução supracitada, o curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica apresenta uma proposta inovadora, agregando conhecimentos relacionados à educação profissional e tecnológica, que englobam uma visão ampla de educação que integra o ensino, a pesquisa e a extensão.

Conforme o Documento “Contribuições Para O Processo De Construção Dos Cursos De Licenciatura Dos Institutos Federais De Educação, Ciência E Tecnologia”, o processo de formação do professor deve propiciar aos alunos oportunidades de vivenciarem situações de aprendizagem de maneira a construir um perfil profissional adequado à formação de professores e também compatível com a possibilidade de atuação na educação profissional e tecnológica, no sentido de:

- Compreender o processo de construção do conhecimento bem como do significado dos conteúdos das suas áreas de conhecimento e de habilitação específica para a sociedade, enquanto atividades humanas, históricas, associadas a aspectos de ordem social, econômica, política e cultural;
- Estabelecer diálogo entre a área educacional, a área de conhecimento

específico e as demais áreas, objetivando a articulação do processo de vivências de situações de aprendizagem na produção do conhecimento e na prática educativa;

- Apresentar domínio teórico-prático inter e transdisciplinar na perspectiva de acompanhar criticamente as mudanças que vêm ocorrendo, principalmente a partir das últimas décadas do século XX, alterando de forma significativa a realidade geossocial;
- Aplicar novas tecnologias em atendimento à dinâmica do mundo contemporâneo, tendo sempre presente a reflexão acerca dos riscos e benefícios das práticas científico-tecnológicas;
- Ter autonomia para atualização, (re)construção, divulgação e aprofundamento contínuos de seus conhecimentos científico, tecnológico e humanístico;
- Fazer a leitura do mundo, questionar a realidade na qual vive, sistematizar problemas, construir conhecimentos necessários às problematizações e buscar criativamente soluções;
- Comprometer-se com a ética profissional voltada à organização democrática da vida em sociedade;
- Valorizar a construção coletiva do conhecimento, organizando, coordenando e participando de equipes multiprofissionais, multidisciplinares e interdisciplinares;
- Compreender-se como profissional da educação consciente de seu papel na formação do cidadão e da necessidade de se tornar agente interferidor na realidade em que atua;
- Dialogar com a comunidade visando à inserção de sua prática educativa desenvolvida no contexto social regional, em ações voltadas à promoção da sustentabilidade;
- Desenvolver trabalho educativo centrado em situações-problema significativas, adequadas ao nível e às possibilidades dos alunos, analisando-as a partir de abordagens teóricas que buscam a interação dos diversos campos do saber, na perspectiva de superá-las;
- Desenvolver procedimentos metodológicos adequados à utilização de

tecnologias aplicadas ao processo de construção de conhecimento e de ambientes de aprendizagem;

- Compreender o processo de aprendizagem, considerando as relações intra e interinstitucionais;
- Estruturar os saberes da sua área de conhecimento, buscando a interação intertemática e transdisciplinar a partir de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores;
- Elaborar, analisar e utilizar diferentes procedimentos de avaliação do processo de aprendizagem, tendo em vista a superação da ênfase na abordagem meramente informativa/conteudista;
- Reconhecer a importância da adoção de procedimentos contínuos e sistemáticos de avaliação na perspectiva de acompanhar a aprendizagem do aluno;
- Integrar os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos, que compõem o núcleo comum de conhecimentos gerais e universais do ensino médio de uma forma geral, e aqueles relacionados às atividades técnicas de trabalho e de produção relativas ao ensino médio integrado;
- Estar alicerçado em bases científicas, nos conceitos e princípios das ciências da natureza, da matemática e das ciências humanas, presentes nas tecnologias e que fundamentam suas opções estéticas e éticas e seu campo de atuação;
- Apoiar-se em bases instrumentais relativas a linguagens e códigos, que permitem ler e interpretar a realidade e comunicar-se com ela, e em habilidades mentais, psicomotoras e de relacionamento humano;
- Ser capaz de compreender, de forma reflexiva e crítica, o mundo do trabalho, seus objetos e sistemas tecnológicos, e as motivações e interferências das organizações sociais pelas quais e para as quais estes objetos e sistemas foram criados e existem;
- Analisar a evolução do mundo natural e social do ponto de vista das relações humanas com os progressos tecnológicos, assim como os produtos e processos tecnológicos são concebidos, fabricados e como podem ser utilizados;

- Saber desenvolver comportamentos proativos e socialmente responsáveis com relação à produção, distribuição e consumo da tecnologia;
- Dialogar sobre métodos de trabalho dos ambientes tecnológicos e das organizações de trabalho.

Tais características possibilitam a atuação do pedagogo nos ambientes educacionais que compõem a rede de Educação Profissional, Técnica e Tecnológica.

10. DIRETRIZES LEGAIS

No âmbito da legislação, os principais referenciais legais orientadores da estruturação curricular deste PPC são:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 - LDB.
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação(PNE).
- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- LEI Nº 12.014, DE 06 DE AGOSTO DE 2009. Altera o art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação.
- Lei nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.
- Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo diretrizes para a criação de polos e credenciamento para a oferta de cursos na modalidade a distância na Educação Básica e na Educação Superior.
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

- Portaria Normativa MEC nº 742, de 2 de agosto de 2018. Altera a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.
- Resolução CNE/CES Nº 1, de 11 de março de 2016. Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.
- Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada.
- Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- A Resolução Nº 7, de 14 de dezembro de 2010 que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.
- Resolução CNE/CEB nº 4/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
- RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.
- RESOLUÇÃO Nº 5, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2005 Inclui, nos quadros anexos à Resolução CNE/CEB nº 4/99, de 22/12/1999, como 21ª Área Profissional, a área de Serviços de Apoio Escolar.
- Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Parecer CNE/CP nº 9/2009, aprovado em 2 de junho de 2009. Esclarecimento sobre a qualificação dos Licenciados em Pedagogia antes da Lei nº 9.394/96 para o exercício das atuais funções de gestão escolar e atividades correlatas; e sobre a complementação de estudos, com apostilamento.
- Parecer CNE/CP nº 3/2007, aprovado em 17 de abril de 2007 - Consulta sobre a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia,

decorrentes da aprovação dos Pareceres CNE/CP nº 5/2005 e nº 3/2006, bem como a publicação da Resolução CNE/CP nº 1/2006.

- Parecer CNE/CP nº 3/2006, aprovado em 21 de fevereiro de 2006 - Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.
- Parecer CNE/CP nº 5/2005, aprovado em 13 de dezembro de 2005 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.
- PARECER Nº CNE/CEB nº 16/2005. Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de Serviços de Apoio Escolar. Publicado no Diário Oficial da União de 28/10/2005.
- Parecer CNE/CP 3/2004, aprovado em 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana
- Portaria MEC nº 1.383, de 31 de outubro de 2017. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação para os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes.

11. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso de Pedagogia e EPT privilegia no binômio ensino e aprendizagem, o segundo termo, compreendendo a docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo.

Do mesmo modo, concebe o currículo, importante elemento da organização acadêmica, que orienta os processos de ensino e de aprendizagem, como um espaço de formação plural, dinâmico e multicultural, fundamentado nos referenciais socioantropológicos, psicológicos, epistemológicos e pedagógicos em consonância com o perfil dos sujeitos acadêmicos.

Por meio de estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, a estrutura do curso de Pedagogia e EPT constitui-se de, conforme a Resolução CNE-CP nº 1 de 15 de maio de 2006 e a Resolução CNE-CP nº 2 de 1 de julho de 2015:

I - um núcleo de estudos de formação geral

II - um núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos

III - um núcleo de estudos integradores que proporciona enriquecimento curricular.

A atividade curricular envolve de forma articulada e intercomplementar, ensino, pesquisa e extensão. O Curso busca a inserção de conhecimentos produzidos em nível de pós-graduação, bem como mantém interfaces com outros cursos, por meio de projetos interdisciplinares e na oferta de disciplinas específicas.

11.1 ESTRUTURA CURRICULAR

MEC/SETEC		
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA		
Semestre	Disciplina	CH Horas
1º SEMESTRE		
1º	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	90
	Didática na Educação Profissional e Tecnológica	90
	Pesquisa, Inovação Tecnológica e Extensão como Princípios Educativos	45
	Mídias e Ferramentas Tecnológicas na Educação a Distância	60
	Didática Geral	60
	Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação e do Trabalho	90
Total 1º Semestre		435
2º SEMESTRE		
2º	Metodologias e Estratégias de Ensino	60
	Processos Educativos e de Gestão: instituições escolares, comunitárias, assistenciais e do mundo do trabalho	60
	Organização e Gestão da Educação	60
	Libras - Língua Brasileira de Sinais	60
	Fundamentos Sociopolíticos e Econômicos na Educação	90
	Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica	45
	Seminário Integrador, Estudos Curriculares e Práticas Extensionistas I	90
Total 2º Semestre		465
3º SEMESTRE		
3º	Educação Especial na Perspectiva Inclusiva	60
	Teorias Educacionais	90
	Organização do Trabalho Pedagógico	60
	Coordenação Pedagógica	90
	Projeto Político Pedagógico	60
Total 3º Semestre		360
4º SEMESTRE		
4º	Educação Infantil	60
	Metodologias e Estratégias da Educação Infantil	60
	Metodologias e Estratégias de ensino de Atividades Recreativas	60
	Linguagem, Alfabetização e Letramento	90
	Metodologias e Estratégias de Ensino da Língua Portuguesa	60
	Seminário Integrador, Estudos Curriculares e Práticas Extensionistas II	90
Total 4º Semestre		420
5º SEMESTRE		
5º	Metodologias e Estratégias de Ensino da História	60
	Metodologias e Estratégias de Ensino da Geografia	60
	Metodologias e Estratégias de Ensino da Matemática	90
	Metodologias e Estratégias de Ensino das Artes	60
	Metodologias e Estratégias de Ensino de Ciências	60

	Legislação Educacional	90
Total 5º Semestre		420
6º SEMESTRE		
6º	Metodologia da Pesquisa, Inovação e Extensão em Educação	90
	Educação de Jovens e Adultos	90
	Seminário TCC I	60
	Seminário Integrador, Estudos Curriculares e Práticas Extensionistas III	90
	Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica - Elaboração de Projeto de Pesquisa e Extensão	60
Total 6º Semestre		390
7º SEMESTRE		
7º	Seminário TCC II	90
	Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica - Implantação de Projeto de Extensão- Prática Extensionista	60
	Organização Curricular e Currículo Integrado na EPT	90
	Educação Profissional	90
Total 7º Semestre		330
8º SEMESTRE		
8º	Metodologias Ativas de Aprendizagem	90
	Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica - Projeto de Pesquisa, Inovação e Extensão	90
	Seminário Integrador e Estudos Curriculares e Práticas Extensionistas IV	90
	Seminário TCC III	90
Total 8º Semestre		360
CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS (A)		3180
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (B)		120
ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO (C)		200
ESTÁGIO CURRICULAR* (D)		400
CARGA HORÁRIA TOTAL (A+B+C+D)		3900

*O estágio curricular obrigatório totaliza 400 horas e está dividido em sete momentos diferentes que deverão acontecer na forma e no semestre conforme está estabelecido no item Estágio Supervisionado.

11.2 Estrutura dos Núcleos do Curso

NÚCLEO DE ESTUDOS BÁSICOS (1)		
Componente curricular	CH	SE MES TRE
Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem	90	1º
Didática na educação profissional e tecnológica	90	1º
Mídias e Ferramentas Tecnológicas na Educação a Distância	60	1º
Didática Geral	60	1º
Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação e do Trabalho	90	1º
Metodologias e Estratégias de Ensino	60	2º
Organização e Gestão da Educação	60	2º
Libras	60	2º
Fundamentos Sociopolíticos e Econômicos na Educação	90	2º
Educação especial na perspectiva inclusiva	60	3º
Coordenação Pedagógica	90	3º
Projeto Político Pedagógico	60	3º
Educação Infantil	60	4º
Metodologias e Estratégias da Educação Infantil	60	4º
Metodologias e Estratégias de ensino de Atividades Recreativas	60	4º
Linguagem, Alfabetização e Letramento	90	4º
Metodologias e Estratégias de ensino da Língua Portuguesa	60	4º
Metodologias e Estratégias de ensino da História	60	5º
Metodologias e Estratégias de ensino da Geografia	60	5º
Metodologias e Estratégias de ensino da Matemática	90	5º
Metodologias e Estratégias de ensino das Artes	60	5º
Metodologias e Estratégias de ensino de Ciências	60	5º
Legislação Educacional	90	5º
Metodologia da Pesquisa, Inovação e Extensão em Educação	90	6º
Educação de Jovens e Adultos	90	6º
Organização Curricular e Currículo Integrado na EPT	90	7º
Educação Profissional	90	7º
Metodologias Ativas de Aprendizagem	90	8º

NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS (2)		
Componente curricular	CH	SE MES TRE
Pesquisa, Inovação Tecnológica e Extensão como princípios educativos	45	1º
Processos educativos e de gestão: instituições escolares, comunitárias, assistenciais e do mundo do trabalho	60	2º
Teorias Educacionais	90	3º

Organização do Trabalho Pedagógico	60	3º
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES (3)		
Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica e/ou extensionista	255	2º, 6º, 7º, 8º
Seminário TCC	240	6º, 7º, 8º
Seminário Integrador, Estudos Curriculares e Práticas Extensionistas	360	2º, 4º, 6º, 8º
Estágios Supervisionados		
Estágio Supervisionado na área da Gestão Escolar	60	A partir do 5º período
Estágio Supervisionado na Educação Infantil	120	
Estágio Supervisionado nos anos iniciais do Ensino Fundamental	120	
Estágio Supervisionado na Educação Profissional	100	

11.3 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

A Prática como Componente Curricular – PCC, figura tanto como propósito formativo, quanto como princípio metodológico, reforçando, ao longo das vivências curriculares, a articulação entre os fundamentos teórico-conceituais e as vivências profissionais, com ênfase no domínio dos princípios didático-pedagógicos indispensáveis ao ofício docente. Distinguindo-se da prática de ensino e do estágio obrigatório, esse componente curricular é considerado como **portador de uma dimensão reflexiva da prática**, como um elemento que articula teoria e prática, de modo que não se desvalorizem os conhecimentos teóricos e muito menos os conhecimentos advindos da experiência prática, devendo, portanto, estar presentes ao longo de todo o curso.

Assim, entende-se a PCC neste projeto, como o conjunto de atividades formativas que devem possibilitar aos educandos mobilizar e colocar em prática seus conhecimentos, bem como desenvolver procedimentos e estratégias próprios ao exercício da docência, com possibilidades de desenvolvimento por meio de mostras científicas, seminários, oficinas, apresentações artísticas-culturais, produção de vídeo-aulas, web-conferências, entre outros.

Nesse horizonte, a PCC são atividades acadêmicas a serem desenvolvidas pelos estudantes sob orientação, supervisão e avaliação docente. Tais atividades são realizadas com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão dos processos de ensino e aprendizagem, de forma contextualizada e complementar à formação do estudante, visando ao registro e a resolução de situações- problemas.

No Curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT, a PCC corresponde a um total de 405 horas, distribuídas nos seguintes componentes curriculares:

SEMESTRE	DISCIPLINA	CH PCC	CH TOTAL
2º	Seminário Integrador, Estudos Curriculares e Práticas Extensionistas I	30	90
4º	Seminário Integrador, Estudos Curriculares e Práticas Extensionistas II	30	90
6º	Seminário Integrador, Estudos Curriculares e Práticas Extensionistas III	30	90
8º	Seminário Integrador, Estudos Curriculares e Práticas Extensionistas IV	90	90
4º	Metodologias e Estratégias da Educação Infantil	15	60
3º	Projeto Político Pedagógico	15	60
4º	Metodologias e Estratégias de ensino da Língua Portuguesa	15	60
4º	Metodologias e Estratégias de ensino de Atividades Recreativas	15	60
5º	Metodologias e Estratégias de ensino da Matemática	15	90
5º	Metodologias e Estratégias de ensino de Ciências	15	60
5º	Metodologias e Estratégias de ensino da História	15	60
5º	Metodologias e Estratégias de ensino da Geografia	15	60
5º	Metodologias e Estratégias de ensino das Artes	15	60
6º	Educação de Jovens e Adultos	30	90
7º	Educação Profissional	30	90
8º	Metodologias Ativas de Aprendizagem	30	90
CARGA HORÁRIA TOTAL DE PCC		405	

Importante trazer o conceito de PCC do Parecer CNE/CES nº 15/2005

[...] a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de

conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso.

Neste curso a PCC será desenvolvida nos Seminários Integradores com caráter interdisciplinar e, parcialmente, nas disciplinas que tratam as metodologias e as especificidades educacionais as quais são objeto do curso de Pedagogia.

Desse modo, ao considerar que sem a mediação da transposição didática, a aprendizagem e a aplicação de estratégias e procedimentos de ensino tornam-se abstratas, dissociando teoria e prática, a PCC permeará todo o curso com o objetivo de que o futuro professor seja capaz tanto de selecionar conteúdos como de eleger as estratégias mais adequadas para a aprendizagem dos alunos, considerando sua diversidade.

11. 4. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O Estágio Supervisionado caracteriza-se como atividade integradora das dimensões teórico-práticas do currículo, articulando de forma interdisciplinar os conteúdos das diferentes disciplinas e constituindo-se como interface entre a vida escolar e a vida profissional dos estudantes.

O Estágio Curricular Supervisionado deverá promover a interação do licenciando com a realidade escolar, promovendo a vivência nos diferentes momentos pedagógicos da escola. Constitui-se como o momento de relacionar a teoria com a prática, de articular o estudado com o vivenciado.

Nos diferentes momentos do estágio, o licenciando deverá participar do cotidiano escolar por meio da observação, planejamento, desenvolvimento e avaliação das mais diversas atividades, sempre em articulação com a teoria e o acompanhamento de docente orientador.

Nessa perspectiva, o estágio constitui-se como uma atividade acadêmico-pedagógica planejada, tendo como foco a reflexão propositiva e reconstrutiva dos variados saberes profissionais.

Para que o Estágio curricular Obrigatório seja efetivado, é necessário que se oficialize convênio entre as IEs e as instituições de ensino, sendo este o locus preferencial de realização do estágio. As atividades relacionadas ao estágio deverão trazer resultados relevantes tanto para o licenciado como para a escola que o acolhe no desenvolvimento desta etapa, sempre em articulação teoria-prática.

Os estágios supervisionados devem ser planejados, executados e avaliados em conformidade com o Regulamento de Estágio da Rede. A

matriz curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT contempla o Estágio Supervisionado, de caráter obrigatório, integrando a carga horária mínima estabelecida para o curso. O Estágio Supervisionado terá duração mínima de 400 horas, devendo ser realizado a partir do 5º semestre do curso. Para realização do Estágio supervisionado, o aluno deverá estar regularmente matriculado.

A carga horária do Estágio Supervisionado, conforme a matriz curricular encontra-se distribuída nas áreas de conhecimento contempladas no curso da seguinte forma:

Estágio Supervisionado em:	Carga horária
Gestão Escolar	60 horas
Educação Infantil	120 horas
Anos iniciais do Ensino Fundamental	120 horas
Educação Profissional	100 horas
Carga horária total de estágio supervisionado:	
400 horas	

Na impossibilidade de realização de estágio em uma das áreas previstas, desde que justificada à instituição ofertante e autorizada pela mesma, o aluno poderá cumprir a carga horária de estágio conforme plano de estágio aprovado pelo Núcleo Docente Estruturante.

A seguir, são descritas as propostas pedagógicas de estágio supervisionado, a ser desenvolvido em cada semestre:

Estágio Supervisionado na área de Gestão Escolar

O estágio supervisionado na área de Gestão Escolar deverá ser realizado a partir do 5º semestre, proporcionando a ambientação do graduando ao espaço escolar, por meio da análise da organização e funcionamento escolar, das atribuições da coordenação pedagógica e da gestão escolar.

O estagiário deverá cumprir suas horas de estágio por meio do conhecimento e análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, da observação, acompanhamento e participação nas atividades de planejamento, conselhos de classe e reunião de colegiados, reuniões pedagógicas com docentes e pais, de maneira a subsidiar o estudo e a análise crítica da gestão escolar.

Para auxiliar no desenvolvimento desta etapa, indicam-se subsídios na seguinte literatura:

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3 ed. - São Paulo: Ática, 2000.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Gestão Educacional: novos olhares, novas abordagens**. 7. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ALVES, Nilda. **Educação e supervisão: o trabalho coletivo na escola**. São Paulo: Cortez, 2006.

Estágio Supervisionado na Educação Infantil

Poderá ser realizado a partir do 5º semestre, o Estágio Supervisionado contemplará a vivência da atividade docente em uma perspectiva interdisciplinar com crianças da educação infantil.

Nesta etapa, o graduando articulará os saberes acadêmicos, específicos e pedagógicos inerentes às concepções do desenvolvimento infantil aos saberes da experiência na formação profissional, investigando os aspectos cognitivos, sociais, afetivos que implicam no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança, construindo e fortalecendo a identidade docente por meio da inserção no cotidiano escolar por intermédio da observação, planejamento e regência na Educação Infantil.

Para auxiliar no desenvolvimento desta etapa, indicam-se subsídios na seguinte literatura:

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; MELLO, Ana; VITORIA, Telma; GOSUEN, Adriano; CHAGURI, Ana Cecília (orgs.). **Os fazeres na Educação Infantil**. São Paulo: Cortez Editora, 2009 (11ª edição).

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Alienígenas na sala de aula: Uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

NÓVOA, António. **Profissão Professor**. 2. ed. Porto: Porto ed., 1999

Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Poderá ser realizado a partir do 5º semestre, o Estágio Supervisionado deve inserir o graduando no cotidiano escolar do magistério

nos anos iniciais do ensino fundamental, possibilitando a familiarização com o planejamento, desenvolvimento e avaliação da proposta pedagógica, articulando os conhecimentos adquiridos ao longo do curso com o desempenho das diferentes tarefas inerentes ao trabalho docente no ambiente escolar.

Neste estágio, o estudante deverá observar o cotidiano da escola, principalmente das séries iniciais, planejar e desenvolver atividades de regência nas diversas áreas de conhecimento, mantendo sempre diálogo com seu professor orientador para avaliação do desenvolvimento das atividades.

Para auxiliar no desenvolvimento desta etapa, indicam-se subsídios na seguinte literatura:

BORGES, Cecília Maria Ferreira. **O professor da educação básica e seus saberes profissionais**. 1. ed. Araraquara: JM, 2004.

ALVARENGA, Marina, BIANCHI; Anna Cecília de Moraes; BIANCHI, Roberto. **Orientação para estágio em licenciatura**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes Pedagógicos e atividade docente**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GATTI, Bernardete A.; NUNES, Marina Muniz R. (Org.). **Formação de professores para o ensino fundamental: estudo de currículos das licenciaturas em pedagogia, língua portuguesa, matemática e ciências biológicas**. São Paulo: FCC/ DPE, 2009. 158 p.

Estágio Supervisionado na Educação Profissional

Poderá ser realizado a partir do 5º semestre, o estudante terá contato com o cotidiano escolar em instituição de educação profissional, vivenciando a estrutura de funcionamento da Educação Profissional e Tecnológica e os programas e projetos governamentais desenvolvidos no âmbito dessa modalidade de ensino, identificando os pressupostos teórico-metodológicos do processo ensino-aprendizagem na educação profissional, que envolvem a compreensão do trabalho como princípio educativo.

O aluno também terá contato com o espaço escolar da educação profissional, de forma a compreender os processos de gestão de serviços e

apoio escolar desta modalidade de ensino, sobretudo: a gestão democrática do espaço escolar, organização, planejamento e financiamento educacional; a avaliação institucional; a construção do projeto pedagógico na EPT; a construção do currículo na perspectiva da integração entre educação e educação profissional; a articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Para auxiliar no desenvolvimento desta etapa, indicam-se subsídios na seguinte literatura:

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOLL, Jaqueline. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo - Desafios, Tensões e Possibilidades**. Artmed. Porto Alegre, 2010.

BRASIL. **Lei nº. 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, p.1, 30/12/2008.

11.5. Curricularização da extensão

A extensão é uma ação que historicamente imprime uma identidade às universidades latino-americanas, ainda que haja influências europeias e norte-americanas. Além do mais, a extensão tem uma relação direta com as demandas sociais de determinadas épocas e está relacionada com as classes e estratos dominantes nas conjunturas históricas. Portanto, a extensão é uma questão histórica e social que envolve a universidade e, agora, também, os Institutos Federais, que, por sua vez, também têm um lastro histórico com as demandas da realidade, sobretudo, econômicas. Em outras palavras, a extensão não é apenas uma questão metodológica e nem mesmo apenas de princípio: ensino-pesquisa-extensão. A extensão tem uma perspectiva originada na sociedade e uma atuação na transformação da instituição universitária.

A extensão e a curricularização da extensão são coisas distintas, apesar de relacionadas, pois há projetos propriamente de extensão, de práticas ou ações extensionistas, tal como na pesquisa. Assim, a ideia não é necessariamente ou diretamente envolver a extensão na matriz curricular, visto que a creditação da extensão/curricularização da extensão deve ter relação direta com o ensino e com o processo de ensino-aprendizagem. E ainda uma relação com a pesquisa, ou seja, para se pensar em curricularização da extensão é imprescindível que se transformem os princípios da educação e que de fato a educação incorpore no trabalho acadêmico a tríade ensino-pesquisa-extensão. Enfim, a extensão não pode ser considerada diretamente como transposição da extensão para a sala de aula. A extensão ganha relevância e espaço quando articulada à referida tríade.

A curricularização da extensão precisa ser compreendida como ou enquanto currículo e não diretamente ou enviesadamente como extensão. Isso significa que é preciso ter consciência educacional e pedagógica nas questões curriculares. Há um vasto campo de ensino e pesquisa que tem como foco os conceitos, as concepções e as práticas curriculares que precisam estar em destaque nos princípios e diretrizes de curricularização da extensão.

Assim, se o currículo envolve uma discussão político-pedagógica e envolve aspectos ideológicos, se faz necessário fazer o mesmo procedimento com a inclusão do “princípio da extensão no currículo”, caso contrário, em vez de curricularização da extensão, o que ocorre é a invasão da extensão e suas vicissitudes na formação científica e educacional, corroendo a própria tríade ensino-pesquisa-extensão.

A extensão como relação universidade e sociedade tem relação direta com a autonomia universitária garantida constitucionalmente, pois, em geral, a autonomia das universidades é de forma grosseira entendida como autonomia perante as demandas imediatas da realidade, especialmente as econômicas, mas não o é perante a própria realidade. Isso quer dizer que a produção científica não segue demandas utilitárias e pragmáticas, mas as demandas da sociedade são base da produção acadêmico-científica.

Portanto, a relação é de independência e de articulação, já que a autonomia não é absoluta. Por este motivo ainda que a curricularização da extensão somente pode ser entendida com a mudança de postura institucional e a partir do momento em que de fato for considerado a perspectiva interdisciplinar da tríade ensino-pesquisa-extensão. É somente pela tríade que o preceito constitucional é garantido no artigo 207, que garante: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. A extensão pressupõe a autonomia universitária.

As disciplinas que foram propostas e são possíveis de possibilitar a execução de forma satisfatória na trajetória de formação do nosso egresso, totalizando 420 horas, são:

- a) Seminário Integrador, Estudos Curriculares e Práticas Extensionistas I;
- b) Seminário Integrador, Estudos Curriculares e Práticas Extensionistas II;
- c) Seminário Integrador, Estudos Curriculares e Práticas Extensionistas III;
- d) Seminário Integrador, Estudos Curriculares e Práticas Extensionistas IV;
- e) Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica- Implantação de Projeto de Extensão- Prática Extensionista.

11.6. OFICINAS E SEMINÁRIOS INTEGRADORES DE PRÁTICAS EXTENSIONISTAS

Em uma tradução livre podemos definir que os Seminários (viveiro de novas sementes, propagação de algo) Integradores (constituir um todo, combinação de partes) dentro do Curso de Pedagogia – EPT representam o lócus (lugar específico) de integrarmos (junção, combinação) de todas as ideias, os saberes e conhecimentos apreendidos pelas disciplinas e vivências durante o percurso formativo do curso.

E por se tratar de um curso na modalidade EaD quando falamos de lugar específico, queremos ampliar o conceito de espaço/tempo para além do lugar físico, território palpável de um modelo de educação, na qual temos

os resquícios do modelo de escola tradicional e pensar nas múltiplas possibilidades de que os seminários integradores sejam este momento, lugar de combinação e divulgação de saberes/conhecimentos também por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC e potencialidades da EaD. Assim os Seminários Integradores, fazendo parte do Núcleo de Estudos Integradores juntamente com as Oficinas de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica e os Seminários de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, serão o momento ímpar de socialização e percepção dos aprendizados de cada semestre formativo, possibilitando efetivamente uma prática inter/trans/multidisciplinar no qual as disciplinas “saem de suas caixas” e se desvelam enquanto conhecimentos necessários para a prática profissional.

Neste sentido, o Seminário Integrador I (2º semestre) abordará as bases conceituais da pedagogia e das disciplinas trabalhadas nos dois primeiros semestres de curso, sendo o momento da socialização destes conhecimentos (científicos) que muitas vezes são ‘desconhecidos’ até a inserção no ensino superior.

Da mesma maneira, em uma tradução livre podemos afirmar que as Oficinas dentro do Curso de Pedagogia - EPT retoma a origem da palavra que vem de ‘ofício’, que significa uma ocupação específica/trabalho regular, mas também como sinônimo de atividade prática que exige uma habilidade específica. As Oficinas de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica muito além de uma dimensão teórica se propõe a ser algo prático com uma habilidade específica. A oficina para ensinar a linguagem científica e tecnológica, sendo indissociável a teoria e prática do campo de conhecimento.

A I Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica que ocorre também no segundo semestre irá abordar justamente as normativas e regras dos textos acadêmicos com base na Associação Brasileira de Normas Técnicas como forma de familiaridade com esta ‘nova’ linguagem científica o que contribuirá posteriormente com o Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (no sexto semestre) que irá preparar na prática a elaboração do Pré-Projeto de Pesquisa e/ou de TCC.

O Seminário Integrador II (4º semestre) tem como objetivo principal a elaboração do memorial descritivo sobre a reflexão das vivências pessoais

e profissinais de cada estudante a partir das experiências extensionistas desenvolvidas na disciplina, sendo um exercício de escrita científica que contribuirá com a II Oficina de Iniciação Científica e Tecnológica – Elaboração de Projeto de Pesquisa e Extensão (6º semestre), no qual os discentes deverão elaborar seus projetos de pesquisa e TCC e apresentá-los em formatos de painel, banner, integrando-se também com o Seminário de TCC I (6º semestre).

O Seminário Integrador III (6º semestre) constituirá o momento da reflexão sobre o ‘ser professor’ e o levantamento de temáticas da realidade escolar, assim como a socialização das experiências e projetos exitosos realizados nas escolas, desenvolvendo os Projetos de Extensão, nos quais se integrará posteriormente (uma preparação para) com a III Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica – Elaboração de Projetos de Extensão (7º semestre). Sendo o momento de implantação dos seus TCCs no qual os mesmos coletarão dados e farão as sistematizações das investigações científicas, culminando no Seminário de TCC II no qual os discentes deverão divulgar estes resultados parciais do que desenvolveram.

Ao final do percurso formativo no 8º semestre, o Seminário Integrador IV tem como objetivo específico o pensar a atuação docente e gestão dentro da Educação Profissional e Tecnológica – EPT e tem a proposição de que os discentes possam apresentar e divulgar os projetos de intervenção pedagógica com interface na extensão desenvolvidos nos anos anteriores.

Já que os outros componentes integradores focaram especificamente na dimensão da pesquisa e do TCC, ao se mirar para a dimensão da extensão/ inovação há o fortalecimento do tripé institucional, em consonância com IV Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica – Projeto de Pesquisa, Inovação e Extensão. E o Seminário TCC III como momento de organização, defesas dos TCC e de apresentações destes projetos, já que os TCC têm diversas possibilidades e formatos de trabalho acadêmico.

11.6.1. OFICINAS

As Oficinas integrantes da Estrutura Curricular serão desenvolvidas conforme

organização a seguir e considerando as Ementas do Apêndice A

Oficinas de Projeto de Iniciação Científica e Tecnológica	
2º Semestre	60 horas
Objetivo:	A base conceitual para o estudo da estrutura metodológica do pré-projeto de pesquisa. Etapas da construção do projeto. Métodos e técnicas de pesquisa quantitativa e qualitativa. O pré-projeto de pesquisa. A importância da pesquisa no processo de intervenção social.
Atividades	Construção do pré-projeto de pesquisa de maneira prática, evidenciando objeto, problema, referencial teórico e Metodologia

Oficinas de Projeto de Iniciação Científica e Tecnológica - Elaboração de Projeto de Pesquisa e Extensão	
6º Semestre	90 horas
Objetivo:	Instrumentalização do modelo do projeto, de acordo com as normativas e regras de elaboração de textos acadêmico-científicos, através da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Elaboração de citações, referências, notas de rodapé; Referências de documentos e outras fontes de informações: vídeos, documentos eletrônicos, iconografias, etc.
Atividades	elaboração do projeto de pesquisa com foco nas normativas da abnt e apresentação do projeto (banner, painel, entre outros).

Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica - Implantação de Projeto de Extensão- Prática Extensionista	
7º Semestre	90 horas
Objetivo:	A coleta de dados enquanto aplicação e execução da prática extensionista, fortalecendo a integração teoria/prática.
Atividades	aplicação de um projeto de extensão numa escola (empírica, teórica ou de campo) socializando os resultados como encerramento da disciplina.

Oficinas de Projeto de Iniciação Científica e Tecnológica - Projeto de Pesquisa e Extensão	
8º Semestre	90 horas
Objetivo:	A importância dos processos de inovação e extensão como eixo integrador de todos os componentes curriculares, fortalecendo a integração teoria/prática.
Atividades	Construção de um projeto de extensão e/ou inovação utilizando-se da elaboração de projetos interdisciplinares com foco na Educação Profissional e Tecnológica - EPT e/ou na Educação Básica.

11.6.2. SEMINÁRIOS INTEGRADORES E PRÁTICAS EXTENSIONISTAS

Os Seminários Integradores desenvolvidos nos semestres pares serão desenvolvidos conforme organização a seguir e a Ementas contidas no Apêndice A.

Seminário Integrador, Estudos Curriculares e Práticas Extensionistas I	
2º Semestre	90 horas
Objetivo:	Compreensão das bases conceituais da educação e articulação com a produção de um pré-projeto de extensão
Atividades	Socialização e apresentação dos conceitos apreendidos durante o primeiro ano do curso por meio de portfólios, banner, pôster, painel, apresentações artísticas-culturais, entre outras.

Seminário Integrador, Estudos Curriculares e Práticas Extensionistas II	
4º Semestre	90 horas
Objetivo:	Atividades de integração curricular com objetivo de divulgação e apresentação das principais ideias/conceitos/temas abordados dentro das disciplinas, desenvolvidas no segundo ano da Licenciatura.
Atividades	Produção de memorial descritivo e apresentação para a comunidade escolar (Mostra de Memoriais- atividade extensionista nas escolas)

Seminário Integrador, Estudos Curriculares e Práticas Extensionistas III	
6º Semestre	90 horas
Objetivo:	Atividades de integração curricular mediadas pelo encadeamento das disciplinas desenvolvidas no terceiro ano da Licenciatura com o objetivo de refletir sobre: o ser professor na atualidade e suas práticas, o pensar e refletir do ser professor.
Atividades	Levantamento de temáticas da realidade escolar para elaboração de proposta de um projeto de intervenção de caráter extensionista de acordo com a realidade. Levantamento de projetos, experiências e práticas de professores exitosas das escolas.

Seminário Integrador, Estudos Curriculares e Práticas Extensionistas IV	
8º Semestre	90 horas
Objetivo:	Atividades de integração curricular, mediadas pelo encadeamento das disciplinas desenvolvidas no quarto ano da Licenciatura. Pensar a atuação e gestão na Educação Profissional e Tecnológica - EPT e da Educação Básica.
Atividades	Apresentação e divulgação dos projetos de intervenção de extensão desenvolvidos durante a segunda metade do curso

11.7. Atividades Acadêmicas Curriculares Complementares

O Curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT prevê o cumprimento de 200 horas de experiências extracurriculares como Atividades Acadêmicas Curriculares Complementares com o objetivo de enriquecer a qualificação acadêmica e profissional dos estudantes. Estas atividades vinculam-se ao “Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular” apontado na Resolução CNE/CP Nº2/2015 ou ao “Núcleo de Estudos Integradores”, conforme Resolução CNE/CP Nº1/2006, e objetivam promover a flexibilização curricular, permitindo a articulação entre teoria e prática, além de estimular a educação continuada dos egressos do Curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT.

Cumprindo com a função de enriquecer os processos de ensino e de aprendizagem, as Atividades Acadêmicas Curriculares Complementares devem ser cumpridas pelo estudante desde o seu ingresso no curso, totalizando a carga horária estabelecida na matriz curricular, em conformidade com o perfil de formação previsto no Projeto Pedagógico de Curso.

Para integralizar as 200h, o estudante deverá considerar as diferentes atividades descritas quadro 1

QUADRO 1 - ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	CARGA HORÁRIA POR ATIVIDADE	COMPROVAÇÃO
Projeto ensino de	Participação em projetos de ensino na área de Educação	20 horas	Declaração e/ou certificado emitido pela Instituição
Projeto extensão de	Participação em projetos de extensão na área de educação	20 horas	Declaração e/ou certificado emitido pela Instituição
Evento científico	Participação em eventos internos	10 horas	Declaração e/ou certificado emitido pela Instituição

Evento científico	Organização de eventos internos	15 horas	Declaração, portaria e/ou certificado emitido pela Instituição
Evento científico	Participação em eventos externos	20 horas	Declaração e/ou certificado emitido pela Instituição
Ensino, Pesquisa e Extensão	Apresentação de trabalho científico em eventos com publicação nos Anais	20 horas	Declaração e/ou certificado emitido pela Instituição
Pesquisa e Extensão	Participação em Projeto de Pesquisa e Extensão	15 horas	Declaração e/ou certificado emitido pela Instituição
Representação estudantil	Colegiado e Representação de Classe	20 horas (por mandato)	Declaração, portaria e/ou certificado emitido pela Instituição

Curso	Participação em curso e/ou oficina relacionado à área de educação	15 horas	Declaração e/ou certificado emitido pela Instituição
Curso	Ministrante de curso e/ou oficina relacionado à área de educação	20 horas	Declaração e/ou certificado emitido pela Instituição
Trabalhos publicados em revistas indexadas	Publicação de artigos científicos na área de educação em revistas impressas ou eletrônicas	40 horas	Cópia da publicação
Trabalhos publicados em revistas não indexadas	Publicação de artigos científicos na área de educação em revistas impressas ou eletrônicas	20 horas	Cópia da publicação
Trabalhos publicados em livros	Publicação de capítulo de livros impressos ou eletrônicos em área de educação	30 horas	Cópia da publicação
Atividades culturais	Atuação em filmes, vídeos, peça teatral, exposição, espetáculos de dança e música, entre outros	10 horas	Declaração emitida pela Instituição promotora

11.8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso deve apresentar o resultado de estudo, expressando o conhecimento desenvolvido pelo estudante ao longo do curso, resultante de pesquisa decorrentes de aprofundamento em temas específicos, diretamente relacionados aos conteúdos trabalhados nos componentes curriculares, preferencialmente relacionados com a realidade na qual está inserido

Considerando a concepção curricular do curso, prevê-se a realização de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como unidade curricular obrigatória, podendo ser desenvolvido, conforme Parecer CNE/CP nº 29 de 3 de dezembro de 2002, sob a forma de monografia, projeto, artigo científico, análise de casos, performance, portfólio, produção artística, desenvolvimento de recursos e tecnologias educacionais, relatórios, objetos de aprendizagens, entre outros.

Ficará a critério do Colegiado de Curso definir a(s) forma(s) de TCC, seus critérios de elaboração, apresentação e avaliação. A escolha do formato de TCC deverá ser avaliada a cada nova oferta do curso e, sendo necessário, redefinida de acordo com o contexto educacional.

O TCC geralmente inicia-se com a identificação do objeto de estudo ou situação-problema do interesse do aluno durante o curso, sendo momento privilegiado para tal o desenvolvimento das disciplinas de Seminário Integrador e Estudos Curriculares, assim como das Oficinas de Projeto de iniciação Científica e Tecnológica.

O desenvolvimento do TCC coincide com o estudo das disciplinas Trabalho de Conclusão de Curso I, II e III, componentes estes que instrumentalizam o graduando a desenvolver uma pesquisa científica que culminará na elaboração do TCC.

Como estratégia de socialização do conhecimento produzido, o aluno será estimulado a apresentar o seu TCC em eventos técnico-científicos e culturais no âmbito local, regional e nacional e internacional, bem como a transformá-lo em artigo para publicação em periódicos de circulação local, regional, nacional e internacional.

Desenvolvimento do TCC:

Componente Curricular	Semestre	CH	Principal objetivo
Seminário TCC I	6º	90	Elaborar Pré Projeto de Pesquisa
Seminário TCC II	7º	90	Elaborar Projeto de Pesquisa
Seminário TCC III	8º	90	Elaborar/finalizar TCC

12. PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

A concepção de um curso de graduação a distância tem peculiaridades que a distinguem da modalidade presencial, pois requer que o foco da aprendizagem esteja no estudante, que deve ser considerado como sujeito ativo do seu aprendizado, desenvolvendo sua autonomia e corresponsabilidade nos estudos, sob orientação do professor-tutor, que atua como mediador no processo de construção do conhecimento do estudante.

A presença e a disponibilidade do tutor/mediador são elementos essenciais para diminuição do sentimento de ausência por parte dos alunos de EaD e como estratégia de diminuição da evasão. Os tutores também exercem o papel de articuladores do estudo cooperativo, de modo a garantir a construção coletiva do conhecimento.

Assim, a relação dialógica, base da comunidade de aprendizagem, deverá ser exercido permanentemente praticado por todos os participantes, num processo de desenvolvimento capaz de conduzir os diferentes sujeitos a uma unidade de ação, tornando-os engajados na tessitura dessa rede composta por todos os envolvidos no curso.

Os procedimentos metodológicos específicos (por exemplo: leituras, atividades, participação nos fóruns de discussão, trabalhos, projetos, pesquisas, webconferências, entre outros) serão adotados de acordo com a natureza do objeto de estudo de cada disciplina.

As mediações entre alunos e tutores ocorrem, ao longo do curso, no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) ou presencialmente nos polos com os tutores presenciais.

As disciplinas são disponibilizadas no AVA de acordo com o calendário acadêmico, apresentado aos estudantes ao início de cada semestre. Nas disciplinas serão desenvolvidas atividades a distância que privilegiem a troca de informações e experiências entre os participantes, com o objetivo de construir uma rede colaborativa de aprendizagem. Para tanto, propõe-se a realização de atividades instigadoras, desafiando os participantes a resolverem, coletivamente, questões-problema relacionadas à prática pedagógica.

Ao longo do curso, poderão ser realizados Encontros Presenciais, com

objetivo integrativo na produção de conhecimento, buscando oportunizar as vivências próprias para consolidação de uma comunidade de aprendizagem. O professor formador da disciplina poderá participar desses encontros presencialmente ou mediados pela tecnologia via videoconferência.

Além disso, os alunos poderão se dirigir ao polo presencial, sempre que considerarem necessário para o desenvolvimento de seus estudos, onde encontrarão laboratórios de informática conectados à internet, biblioteca, salas de estudos, para que possam executar as atividades propostas pelos professores auxiliados pelos tutores presenciais.

12.1 CORPO TUTORIAL

O Corpo Tutorial é responsável por prestar apoio pedagógico consistente e contínuo atendendo os estudantes em suas necessidades educacionais individuais e coletivas ao longo de seu processo de aprendizagem.

A atuação do tutor tem papel primordial para a permanência e êxito dos estudantes, pois seu contato constante com os estudantes estabelece elos de relacionamento com os estudantes, permitindo um acompanhamento individualizado que permite identificar as características, as dificuldades, as expectativas, o desempenho e o progresso de cada um deles.

Os tutores atuam no suporte às atividades dos docentes, na mediação pedagógica junto aos discentes, no aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem, sugerindo atividades e leituras complementares que auxiliam a formação dos estudantes.

O Corpo Tutorial, junto à coordenação do curso e ao Corpo Docente, constitui, desta forma, uma rede de educadores que agem em colaboração permanente, elaborando estratégias conjuntas para promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes.

A seguir, abordamos de maneira mais específica as duas modalidades de tutoria existentes no curso: presencial e a distância.

12.1.1 Tutoria Presencial

Os tutores presenciais são aqueles com quem o estudante possui contato pessoal com mais frequência, pois eles que atendem e orientam os alunos nos

Polos de Apoio Presencial. Entre suas atribuições estão:

- ❖ Apoiar os alunos na sua organização pessoal para os estudos;
- ❖ Comunicar-se continuamente com o professor e tutores virtuais à distância, sendo um parceiro integrado à proposta de cada disciplina e do curso;
- ❖ Acompanhar os alunos, verificando frequência dos acessos, monitorando atividades em curso, se comunicando via AVA, e-mail, ligação telefônica, dentre outros meios disponíveis, a fim de verificar ausências e dificuldades nas atividades;
- ❖ Estabelecer contato permanente com os alunos, orientando-os e sanando possíveis dúvidas;
- ❖ Acompanhar a avaliação dos estudantes nos Polos de Apoio Presencial;
- ❖ Elaborar relatórios de acompanhamento dos alunos, planos de trabalhos e relatórios de atividades realizadas; entre outras.

Ao longo do curso, são realizados encontros presenciais, com objetivo de estimular o intercâmbio de experiências, construções coletivas de conhecimentos, além de permitir o confronto de ideias nas mais variadas atividades que serão desenvolvidas ao longo do curso. Os encontros presenciais são momentos de acompanhamento dos estudantes nos quais é possível realizar as seguintes atividades:

- ❖ Discussões sobre os conteúdos das disciplinas;
- ❖ Elaboração de planejamento dos momentos de estudo em grupo, propostos pelo professor-formador;
- ❖ Orientações e sugestões quanto aos estudos, pesquisas e leituras que deverão ser feitos, auxiliando-os em suas dúvidas;
- ❖ Acompanhamento e avaliação da aprendizagem dos acadêmicos, bem como a elaboração do TCC, de relatórios, e outros procedimentos;
- ❖ Proposição de formas auxiliares de estudo;
- ❖ Favorecimento de troca de experiências e conhecimentos em atividades de grupos;
- ❖ Incentivo de debates e produções individuais e coletivas.

12.1.2 Tutoria a Distância

Os tutores a distância realizam o acompanhamento das atividades dos

cursistas no AVA do curso, esclarecendo dúvidas e prestando outras informações. O desafio da tutoria a distância é o de ultrapassar as barreiras da distância com o aluno, se fazendo sempre presente e respondendo prontamente às dúvidas e solicitações dos estudantes, estando atento às suas principais dificuldades.

São atribuições dos tutores a distância:

- ❖ Acompanhar o desenvolvimento do estudante nas disciplinas;
- ❖ Orientar o estudante para o estudo a distância, incentivando a autonomia da aprendizagem e a organização nos estudos;
- ❖ Registrar o progresso, as dificuldades e os resultados obtidos pelos alunos;
- ❖ Orientar, com clareza, o estudante que apresentar dificuldade para navegar pelo ambiente virtual ou a entender a metodologia adotada no curso;
- ❖ Discutir, com o auxílio do professor formador de cada disciplina, os conteúdos de cada disciplina;
- ❖ Acompanhar a avaliação da aprendizagem dos acadêmicos, bem como a elaboração do TCC, de relatórios, ou outros procedimentos;
- ❖ Dar suporte ao estudante que esteja tendo dificuldades em acompanhar os conteúdos;

- ❖ Propor estratégias de estudo;
- ❖ Orientar os estudantes sobre a importância da pesquisa científica;
- ❖ Incentivar debates e produções individuais e coletivas;
- ❖ Corrigir as avaliações, quando for solicitado;
- ❖ Acompanhar e participar dos fóruns com os alunos;
- ❖ Fazer um mapeamento, com a finalidade de acompanhamento, dos acessos dos alunos, com vistas a agir preventivamente nos mecanismos que podem desencadear evasão.

- ❖ Promover o sentimento de pertencimento do aluno no curso por meio de propostas de atividades integradoras e comunicação mediada por tecnologia;
- ❖ Promover um ambiente igualitário e seguro para as manifestações, incentivando a aprendizagem colaborativa, o tratamento igual a todos os participantes, de modo dialógico e inclusivo;
- ❖ Engendrar feedback construtivo, em linguagem dialógica e interativa, analisando cuidadosamente as respostas individuais, com comentários objetivos referendados nos critérios de avaliação, pontuando considerações sobre como melhorar a

produção.

12.2. MATERIAL DIDÁTICO

Os materiais didáticos são pensados e produzidos dentro das especificidades da educação a distância e da realidade do estudante para o qual o material está sendo elaborado. As tecnologias de informação e comunicação possibilitam o compartilhamento de informações, a interação e a construção colaborativa de conhecimentos, por meio do uso de recursos educacionais interativos que promovam participação e a aprendizagem colaborativa, visando à permanência e ao êxito acadêmico.

O material didático utilizado ao longo do curso será elaborado por uma equipe multidisciplinar composta por docentes e técnico-administrativos especialistas em EaD, pertencentes ao corpo de servidores dos Institutos Federais integrantes da parceria do Programa Formação em Rede, e disponibilizado no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), em diversos formatos e mídias, de acordo com as necessidades e especificidades de cada componente curricular, garantindo múltiplas alternativas de acesso à informação e possibilidades de aprendizagem.

Para composição dos materiais didáticos do curso, será realizada, ainda, a curadoria de recursos educacionais livres, produzidos e disponibilizados em repositórios educacionais, como o ProEdu, bem como materiais produzidos nos cursos já ofertados pelas instituições parceiras da Rede.

Os estudantes terão, ainda, acesso a materiais complementares ao curso por meio da disponibilização de Linkotecas no AVA com acesso a vídeos educativos, livros, periódicos, além do acesso a bibliotecas físicas e virtuais.

13. FLEXIBILIDADE CURRICULAR

O Curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT implementa o princípio da flexibilização preconizado na legislação educacional, concebendo o currículo como uma trama de experiências formativas intra e extrainstitucionais que compõem itinerários diversificados e particularizados de formação.

Nesta perspectiva, são previstas experiências de aprendizagem que transcendem os trajetos curriculares previstos na matriz curricular. A exemplo disso, estimula-se o envolvimento do estudante em atividades complementares, programas e projetos de ensino, de pesquisa e de extensão, participação em eventos, atividades de iniciação à pesquisa, estágios não obrigatórios, tutorias acadêmicas, dentre outras atividades especificamente promovidas ou articuladas ao curso, experiências potencializadoras das habilidades científicas e da sensibilidade às questões sociais.

Por meio destas atividades, promove-se o permanente envolvimento dos acadêmicos com as questões contemporâneas que anseiam pela problematização escolar, com vistas à qualificação da formação cultural e técnico-científica do estudante. Para além dessas diversas estratégias de flexibilização, também a articulação permanente entre teoria e prática, e entre diferentes campos do saber no âmbito das metodologias educacionais, constitui importante modalidade de flexibilização curricular, uma vez que incorpora ao programa curricular previamente delimitado a dimensão do inusitado, típica dos contextos científicos, culturais e profissionais em permanente mudança.

14. POLÍTICA DE FORMAÇÃO INTEGRAL DO ESTUDANTE

O Curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT da Rede implementa, na sua organização curricular, temas como ética, meio ambiente e questões socioambientais, inclusão social, relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade.

Visa, também, como estratégia formativa, à ampliação e ao aperfeiçoamento do uso da língua portuguesa e da capacidade comunicativa, oral e escrita, como elementos fundamentais da formação dos professores, o que engloba a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Percebemos o processo de formação dos profissionais do magistério como um compromisso com o projeto social, político e ético, que contribui para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promove a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atento ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrário a toda forma de discriminação.

15. POLÍTICAS DE APOIO AO ESTUDANTE

Os institutos parceiros desta proposta possuem diferentes políticas que contribuem para a formação dos estudantes, proporcionando-lhes condições favoráveis à integração na vida acadêmica.

Estas políticas são implementadas por meio de diferentes programas e projetos, quais sejam:

- Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);
- Programa de Intercâmbio e Mobilidade Estudantil;
- Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Programa de Monitoria;
- Projetos de apoio à participação em eventos;
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD);
- Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE);
- Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID);
- Programa Institucional de Residência Pedagógica;

- Programa Bolsa Permanência;
- Programa de Tutoria Acadêmica.

No âmbito do curso são adotadas as seguintes iniciativas:

- Plantão de Tutoria;
- Oficinas especiais para complementação de estudos;
- Ambientes de acesso e aprofundamento de conteúdos curriculares.

Destacamos, também, que todos os Institutos Federais parceiros adotam medidas que apoiam o aprendizado do estudante e fomentam sua permanência no curso, inclusive, articulados aos respectivos Planos de Permanência e Êxito dos IFs.

15.1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Entende-se como educação inclusiva a garantia de acesso e permanência do estudante na instituição de ensino, respeitando as diferenças individuais, especificamente das pessoas com deficiência, diferenças étnicas, de gênero, culturais, socioeconômicas, entre outras.

Dessa forma, com base na Política de Inclusão e Acessibilidade dos Institutos Federais integrantes desta Rede, o Curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT, contempla ações inclusivas voltadas às especificidades dos seguintes grupos sociais, com vistas à garantia de igualdade de condições e oportunidades educacionais:

- I - pessoas com necessidades educacionais específicas:
consolidando o direito das pessoas com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas habilidades/Superdotação, sendo o Núcleo de Apoio as Necessidades Específicas – NAPNE, o articulador destas ações, juntamente com a equipe multiprofissional do câmpus.
- II – gênero e diversidade sexual: e todo o elenco que compõe o universo da diversidade para a eliminação das discriminações que as atingem, bem como à sua plena integração social, política, econômica e cultural, contemplando ações transversais, tendo como articulador destas ações o Núcleo de Gênero e Diversidade.
- III – diversidade étnica: voltados para o direcionamento de estudos e ações para as questões étnico-raciais, em especial para a área do ensino sobre África, Cultura Negra e História, Literatura e Artes do Negro no Brasil, pautado na Lei nº 10.639/2003 e das questões Indígenas, Lei nº 11.645/2008, que normatiza a inclusão das temáticas nas diferentes áreas de conhecimento e nas ações pedagógicas, ficando a cargo do Núcleo de Educação Afro-brasileira e Indígena.

Para a efetivação da Educação Inclusiva, o Curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT considera todo o regramento jurídico acerca dos direitos das pessoas com deficiência, instituído: na Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9.394/1996; na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008); no Decreto nº 5.296/2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com

deficiência ou com mobilidade reduzida; no Decreto nº 5.626/2005, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; no Decreto nº 7.611/2011, que versa sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado; na Lei nº 12.764/2012, que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; no parecer CNE/CEB nº 3 de 2013, o qual trata da Terminalidade Específica; e na Lei nº 13.146/ 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A partir das referências legais apresentadas, o Curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT, busca empregar, em seus currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender as necessidades individuais dos estudantes. Contempla, ainda, em sua proposta, a possibilidade de flexibilização e adaptações curriculares que considerem metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados, processos de avaliação compreensivos e terminalidade específica, adequados ao desenvolvimento dos alunos e em consonância com o projeto pedagógico da instituição, respeitada a frequência obrigatória. Também, busca-se garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena, atendendo às características dos estudantes com deficiência, garantindo o pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, favorecendo a ampliação e diversificação dos tempos e dos espaços curriculares por meio da criatividade e inovação dos profissionais de educação e dinamismo curricular e educacional.

16. IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, parceiros desta proposta, respeitadas suas respectivas organizações acadêmicas, contemplam, em sua dinâmica e estrutura, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, garantindo efetivo padrão de qualidade acadêmica na formação oferecida, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Art. 207 da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Baseados em uma concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática, temos como princípio a oferta de uma formação docente que considera a realidade dos ambientes das instituições de educação, sendo pautado por:

a) integração e interdisciplinaridade curricular, dando significado e relevância aos conhecimentos e à vivência da realidade social e cultural, vislumbrando o pleno exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho;

b) valorização da pesquisa e da extensão como princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e ao aperfeiçoamento da prática educativa;

c) disponibilização de acesso às fontes nacionais e internacionais de pesquisa, a materiais de apoio pedagógico de qualidade, e à produção acadêmica-profissional;

d) dinâmicas pedagógicas que contribuam para o desenvolvimento de uma visão ampla do processo formativo, em face das dimensões psicossociais, histórico-culturais, afetivas, relacionais e interativas que permeiam a ação pedagógica, possibilitando as condições para o exercício do pensamento crítico, a resolução de problemas, o trabalho coletivo e interdisciplinar, a criatividade, a inovação, a liderança e a autonomia;

e) uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para o

aprimoramento da prática pedagógica;

- f) promoção de espaços para a reflexão crítica sobre os processos pedagógicos, em consonância com as mudanças educacionais e sociais.

Nos Institutos Federais, a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão visa à formação dos estudantes em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais. A interação entre a instituição educacional e a comunidade se dá por meio da prática de atividades de extensão, desenvolvidas por meio de projetos e programas, e o desenvolvimento e a difusão de conhecimentos científicos, por meio da pesquisa, que fazem parte do processo formativo do estudante de graduação, contribuindo para uma formação humana e cidadã, integrando ciência, tecnologia e cultura, ao mesmo tempo em que desenvolve a capacidade de investigação científica para a construção da autonomia intelectual.

17. CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORES

No âmbito da oferta do Curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT, prevê-se o aproveitamento de conhecimentos e experiências adquiridos previamente pelos estudantes, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional do curso, que poderão ser comprovados formalmente ou avaliados pela instituição ofertante, com análise da correspondência entre esses conhecimentos e os componentes curriculares do curso, em processo próprio, com procedimentos de avaliação das competências anteriormente desenvolvidas, compatíveis com os enfoques curriculares previstos para a habilitação almejada e coerentes com o perfil de egresso definido no Projeto Pedagógico do Curso.

Os critérios para aproveitamento de estudos e conhecimentos adquiridos no trabalho ou por outros meios informais, serão estabelecidos, no âmbito da oferta do Curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT, pela Organização Didática e regulamentos internos das respectivas instituições parceiras do Projeto de Formação em Rede.

18. AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A avaliação, no Curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT, é compreendida como processo, tendo como finalidade promover o desenvolvimento pleno do aprendiz favorecendo a sua aprendizagem. Em sua função formativa, a avaliação transforma-se em exercício crítico de reflexão e de pesquisa no universo pedagógico, propiciando a análise e compreensão das estratégias de aprendizagem dos estudantes, na busca de tomada de decisões favoráveis à continuidade do processo de ensino e de aprendizagem.

A avaliação contínua e cumulativa, de forma integrada ao processo ensino-aprendizagem, assume as funções dialógica, diagnóstica, processual, formativa e somativa, que devem ser utilizadas como princípios para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades, e funciona como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, levando em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Avaliar está relacionado com a busca de uma aprendizagem significativa para quem aprende e também para atender às necessidades do contexto atual. Para tanto, o professor-estudante deve saber o que será trabalhado no ambiente virtual de aprendizagem, os objetivos para o estudo de temas e de conteúdos, e as estratégias que são necessárias para que possa superar as dificuldades apresentadas no processo.

Assim, a avaliação tem como função priorizar a qualidade e o processo de aprendizagem, isto é, o desempenho do estudante nas atividades desenvolvidas ao longo de seu processo formativo, não se restringindo apenas a uma prova ou trabalho, conforme orienta a LDB em vigor e o projeto político-pedagógico da instituição.

Partindo desses princípios, a avaliação, no âmbito do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT, será realizada com a utilização de instrumentos de avaliação diversificados, privilegiando atividades como participação em fóruns de discussão, elaboração de artigos, sínteses, relatórios, trabalhos individuais e em grupo, seminários, desenvolvimento de

projetos, provas e por outras atividades propostas de acordo com a especificidade de cada disciplina.

A sistematização do processo avaliativo e os critérios de aprovação nos componentes curriculares constam na Organização Didática de cada uma das instituições parceiras e fundamenta-se nos princípios anunciados no Projeto Pedagógico Institucional.

19. AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação do curso através do seu Projeto Pedagógico de Curso é realizada de forma processual, promovida e concretizada no decorrer das decisões e ações curriculares. É caracterizada pelo acompanhamento continuado e permanente do processo curricular, identificando aspectos significativos, impulsionadores e restritivos que merecem aperfeiçoamento no desenvolvimentopedagógico do curso.

O processo de avaliação do curso é sistematicamente desenvolvido pelo Núcleo Docente Estruturante, em articulação com o Colegiado de Curso, sob a coordenação-geral do Coordenador de Curso, conforme demanda avaliativa emergente. Para fins de subsidiar a prática autoavaliativa, o Curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT levanta dados sobre a realidade curricular por meio de avaliação docente, feita pelos alunos, reuniões de colegiado de curso, acompanhamento do rendimento, permanência e êxito dos estudantes.

Soma-se a essa avaliação formativa e processual, a avaliação interna conduzida pela Comissão Própria de Avaliação, conforme orientações do Ministério da Educação.

20. FUNCIONAMENTO DAS INSTÂNCIAS DE DELIBERAÇÃO E DISCUSSÃO

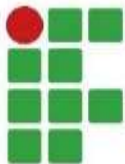
Durante a sua vigência, este projeto será avaliado com periodicidade anual pelas instâncias colegiadas, de cada instituição ofertante, sob a mediação do Coordenador de Curso, com vistas à atualização para melhorias contínuas.

As discussões e deliberações referentes à consolidação e/ou redimensionamento dos princípios e ações curriculares previstas no Projeto Pedagógico de Curso, em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional, são desencadeadas nos diferentes fóruns institucionalmente constituídos para essa finalidade:

- Núcleo Docente Estruturante (NDE): núcleo obrigatório para os cursos superiores, responsável pela concepção, condução da elaboração, implementação e consolidação da proposta de projeto pedagógico do curso;
- Colegiado/Coordenadoria de Curso: responsável pela elaboração e aprovação da proposta de projeto pedagógico no âmbito do curso;
- Pró-Reitoria de Ensino: responsável pela análise e elaboração de parecer legal pedagógico para a proposta apresentada;
- Colégio de Dirigentes: de caráter consultivo, composto pelo reitor, pelos pró-reitores e pelo diretor-geral de cada um dos *campi* que integram o Instituto Federal;
- Conselho Superior: instância de caráter consultivo e deliberativo, composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, responsável pela aprovação da proposta de projeto pedagógico de curso encaminhada pela Pró-Reitoria de Ensino.

APÊNDICE A
EMENTAS DAS DISCIPLINAS

PRIMEIRO SEMESTRE

 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT	
	MODALIDADE A DISTÂNCIA	
DISCIPLINA		
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem		
Período letivo: Primeiro Semestre		Carga Horária Horas: 90 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>Estudo da psicologia como ciência com ênfase nas suas relações com a educação. Caracterização dos sistemas teóricos da psicologia e análise de suas influências na educação. Explicação e análise das concepções teóricas do desenvolvimento e da aprendizagem e de suas contribuições para a prática pedagógica. Caracterização dos processos de ensino e de aprendizagem.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>BOCK, A. M.B., FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias: Uma introdução ao estudo das psicologias. São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>COLL, Cesar; PALACIOS, Jesus & MARCHESI, Álvaro (Orgs.). Desenvolvimento Psicológico e Educação. (vol. 2) Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.</p> <p>VYGOTSKI, L. S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2008.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

ARANTES, Valéria Amorim. (org.) Afetividade na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 2003.

BARONE, L. M. C., MARTINS, L. C. B.; CASTANHO, M. I. S. Psicopedagogia: teorias de aprendizagem. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

CARRARA, Kester (org). **Introdução à Psicologia da Educação: seis abordagens.** São Paulo: Avercamp, 2004.

DAVIS, Claudia; OLIVEIRA, Zilma de. **Psicologia na educação.** São Paulo: Cortez, 1994.

FONTANA, Roseli (org.) **Psicologia e trabalho pedagógico.** São Paulo: Atual, 2009.

 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT
	MODALIDADE A DISTÂNCIA
DISCIPLINA	
Didática na Educação Profissional e Tecnológica	
Período letivo: Primeiro Semestre	Carga Horária Horas: 90 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
<p>Reflexões sobre didática na e para a educação profissional e tecnológica. Análise da organização curricular e do ciclo didático na EPT. Estudos sobre pesquisa, inovação tecnológica e extensão como princípios educativos. Investigações acerca da integração curricular, interdisciplinaridade e o processo de ensino-aprendizagem em espaços escolares e não escolares. Análise da relação entre didática e práxis pedagógica na EPT</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>ARAÚJO, R. M. L., RODRIGUES, D. S. (Orgs). Filosofia da práxis e didática da educação profissional. Campinas: Autores Associados. 2011.</p> <p>ROMÃO, José Eustáquio. Avaliação dialógica: desafios e perspectivas. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>CUNHA, Daisy Moreira; FIDALGO, Fernando Selmar Rocha; SOUZA JÚNIOR, Hormindo Pereira de; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. Formação/profissionalização de professores e formação profissional e tecnológica: fundamentos e reflexões contemporâneas. Belo Horizonte: PUC/Minas, 2013.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	

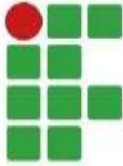
AUXILIADORA, Maria; OLIVEIRA, Monteiro. **Políticas públicas para o ensino profissional: o processo de desmantelamento dos CEFETS**. Campinas: São Paulo, 2003.


FRIGOTO Gaudêncio. CIAVATA, Maria; RAMOS, Marise. (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

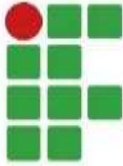
SOUZA, T. N. de; SILVA, S. C.; BATISTA, E. L. **Desafios e perspectivas das Ciências Humanas na Atuação e na Formação docente**. São Paulo: Paco Editorial, 2013.

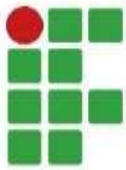
SACRISTÁN, J. Gimeno.; GÓMEZ, A. I. Perez. **Compreender e transformar o Ensino**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Superior. **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Indissociabilidade ensino-pesquisa- extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão**. Porto Alegre: UFRGS; MEC/SESu, 2006.

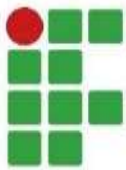
 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT	
	MODALIDADE A DISTÂNCIA	
DISCIPLINA		
Pesquisa, Inovação Tecnológica e Extensão como Princípios Educativos		
Período letivo: 1º Semestre		Carga Horária Horas: 45 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Pesquisa, inovação tecnológica, extensão e os processos educacionais. Pesquisa, inovação tecnológica e extensão e a formação humana integral.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa . 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.		
DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo . 9. ed. São Paulo: Cortez, 2001.		
DOLABELA, F. Pedagogia empreendedora . São Paulo: Cultura, 2003.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
COELHO, Maria Inês; COSTA, Anna Edith Bellico. (Orgs.). A educação e a formação humana: tensões e desafios na contemporaneidade . Porto Alegre: ARTMED, 2009.		
LÜDKE, Menga. O professor e a pesquisa . Campinas: Papyrus, 2001.		
MELO NETO, José Francisco. Extensão Universitária: bases ontológicas . João Pessoa: EDUFPB, 2002.		
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Superior. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Indissociabilidade ensino-pesquisa- extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão . Porto Alegre: UFRGS; MEC/SESu, 2006.		
MOZZATO, Anelise Rebelato. Para além do ensino técnico: educação dialógico- emancipatória . Passo Fundo: EPF, 2003.		
PISTRAK, Moisey M. Ensaio sobre a escola politécnica . Trad. Alexey Lazarev e Luiz Carlos de Freitas. São Paulo: Expressão popular, 2015.		
SÍVERES, Luiz. A extensão universitária como princípio de aprendizagem . Brasília: Liber Livro, 2013.		

 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT
	MODALIDADE A DISTÂNCIA
DISCIPLINA	
Mídias e Ferramentas Tecnológicas na Educação a Distância	
Período letivo: 1º Semestre	Carga Horária Horas: 60 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
<p>Concepções e tendências pedagógicas em EaD. Modelos educacionais em EaD. Mídias de comunicação. Metodologias Ativas. Ambientes virtuais de aprendizagem. Tecnologias assistivas. Ferramentas e estratégias de ensino com base da Web. Mineração de Dados em EaD. Mídias, Programas e Aplicativos. Ensino e Tecnologia da Informação e Comunicação. Acervo Virtual.</p>	
BIBLIOGRAFIA BASICA	
<p>BEHAR, Patrícia Alejandra. Modelos Pedagógicos em Educação a Distância. Porto Alegre: Penso, 2009.</p> <p>CARNEIRO, Mára Lúcia Fernandes. Instrumentalização para o ensino a distância. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.</p> <p>MILL, Daniel. Escritos sobre educação - Desafios e possibilidades para ensinar e aprender com as tecnologias emergentes. São Paulo: Paulus, 2017.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>BUENO, J. L. P; PACÍFICO, J. M; PRETTO, N. L. Tecnologias na educação: políticas, práticas e formação docente. Florianópolis: Pandion, 2015.</p> <p>CARVALHO, R. N. de. Ambiente Virtual de Aprendizagem: Fóruns de discussão numa perspectiva sócio interacionista, 2010.</p> <p>CASTRO, Leandro Nunes de; FERRARI, Daniel Gomes. Introdução à Mineração de Dados: conceitos básicos, algoritmos e aplicações. São Paulo: Saraiva, 2016.</p> <p>DEMO, P. Conhecimento e Aprendizagem na Nova Mídia. Brasília: Editora Plano, 2001.</p> <p>LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.</p> <p>MORAN, José Manuel. Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica. Campinas: Papirus, 21ª ed., 2013.</p>	

 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT	
	MODALIDADE A DISTÂNCIA	
DISCIPLINA		
Didática Geral		
Período letivo: 1º Semestre		Carga Horária Horas: 60 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>Didática: Conceito, histórico e tendências pedagógicas; A didática na formação docente e no processo de ensino-aprendizagem: tendências pedagógicas e a evolução histórica; A função social do ensino e a concepção sobre os processos de aprendizagem. O planejamento em seus diversos níveis: metodologias de ensino; recursos didáticos e avaliação do processo de ensino-aprendizagem.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ARAÚJO, R. M. L., RODRIGUES, D. S. (Orgs). Filosofia da práxis e didática da educação profissional. Campinas: Autores Associados. 2011.</p> <p>LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>VEIGA, I. P. A. (Org). Técnicas de ensino: novos tempos, novas configurações. Campinas: Papyrus, 2006.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>COMÊNIO, J. A. A Didática Magna. São Paulo: Martins Fontes, 2002.</p> <p>FAZENDA, I. (orgs). Didática e Interdisciplinaridade. 17.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011. GADOTTI, M. R., J. e. (orgs). Educação de jovens e adultos: teoria, prática e propostas. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>LUCKESI, C. Avaliação da Aprendizagem Escolar. 16.ed. São Paulo: Cortez, 2005</p> <p>ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Tradução de Emami F. da Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.</p>		

 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT
	MODALIDADE A DISTÂNCIA
DISCIPLINA	
Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação e do Trabalho	
Período letivo: 1º Semestre	Carga Horária Horas: 90 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
<p>Estudo dos Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação. Análise da relação histórica entre educação e trabalho. Estudo das transformações do mundo do trabalho e suas implicações nos processos educativos e formativos. Compreensão das concepções filosóficas que constituíram e constituem os horizontes teóricos das formulações pedagógicas. Investigação sobre as correntes pedagógicas da Educação no Brasil. Análise sobre referenciais emancipatórios para a ação pedagógica.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva. São Paulo: Cortez, 2015.</p> <p>FRANCISCO FILHO, G. A educação brasileira no contexto histórico. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2001.</p> <p>MANACORDA, M. A. História da educação: da antiguidade aos nossos dias. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>LIMA, J. C. F.; NEVES, L. W. (Orgs.). Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.</p> <p>NAGLE, J. Educação e sociedade na primeira República. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2001.</p> <p>OLIVEIRA, D. A. Educação Básica, gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.</p> <p>PONCE, A. Educação e luta de classes. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1995.</p> <p>SAVIANI, Demerval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed. Ver. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2011.</p>	

SEGUNDO SEMESTRE

 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT	
	MODALIDADE A DISTÂNCIA	
DISCIPLINA		
Metodologias e Estratégias de Ensino		
Período letivo: 2º Semestre		Carga Horária Horas: 60 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
Teorias dos processos de desenvolvimento e de aprendizagem. Prática docente, modelos de ensino e processos de formação. O processo de ensino e de aprendizagem e o professor como mediador. Dificuldades de aprendizagem e processos avaliativos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>LUCKESI, C. C. Avaliação da Aprendizagem. 1ª São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>NÓVOA, A.(org.) Os professores e sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.</p> <p>ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Tradução de Ernani F. da Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

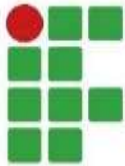
AUSUBEL, D. P.; NOVAK, J.D.; HANESIAN, H. **Psicologia educativa: um ponto de vista cognoscitivo**. 2. Ed. México: Trillas, 1983.


GIORDAN, Andre; DE VECCHI, Gerárd. **As origens do saber: das concepções dos aprendentes aos conceitos científicos**. Porto Alegre: ARTMED, 1996

MOREIRA, Marco Antonio. **Aprendizagem significativa**. Porto Alegre: Ed. do autor, 2006.

OLIVEIRA, J. B. A; CHADWICK, C. **Aprender e ensinar**. 5.ed. São Paulo: Global, 2002.

NUÑEZ, I. B; Ramalho, B. L. (Org.). **Fundamentos do ensino aprendizagem das ciências naturais e da matemática: o novo ensino médio**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT
	MODALIDADE A DISTÂNCIA
DISCIPLINA	
Processos Educativos e de Gestão: instituições escolares, comunitárias, assistenciais e do mundo do trabalho	
Período letivo: 2º Semestre	Carga Horária Horas: 60 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
<p>Concepções de Teorias Educacionais e suas interfaces na gestão de processos pedagógicos. Ações educativas em diferentes instituições e grupos sociais, revelando seus condicionantes sócio-políticos e seus processos de Resolução de Problemas.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escolar pública. 3. ed., 2. impr.. São Paulo: Ática. 2001.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola. 3. ed., rev. e ampl.. Goiânia: Alternativa. 2001.</p> <p>LÜCK, Heloísa. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. 6.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>CHARLOT, B. Da relação com o saber. Porto Alegre, Artes Médicas: 2000.</p> <p>LÜCK, H. Planejamento em orientação educacional. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.</p> <p>PADILHA, R. P. Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo:Cortez; instituto Paulo Freire, 2001.</p> <p>VEIGA, I. P. (org). Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível. 13. ed. Campinas: Papyrus, 2001.</p>	

 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT
	MODALIDADE A DISTÂNCIA
DISCIPLINA	
Organização e Gestão da Educação	
Período letivo: 2º Semestre	Carga Horária Horas: 60 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
<p>Políticas Públicas e Financiamento da Educação; Gestão democrática em espaços escolares e não-escolares; A organização da educação básica brasileira no âmbito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96). Sistema(s) de ensino: a visão teórica e o marco legal. O planejamento e financiamento educacional em âmbito federal, estadual e municipal. Avaliação institucional. Formação docente no âmbito das políticas de formação no Brasil.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>AZEVEDO, J. M. L. de A. A educação como política pública: polêmicas de nosso tempo. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.</p> <p>LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>SAVIANI, D. Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: por uma outra Política Educacional. São Paulo: Autores Associados, 2002.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>ANDRADE, J. M. V.; QUEIROZ, M. A. de Q.; AZEVEDO, M. A. de; MORAIS, P. S. de. O papel dos conselhos para a criação do Sistema Nacional de Educação. Brasília: Liber Livro, 2009.</p> <p>AUXILIADORA, M.; OLIVEIRA, M. Políticas públicas para o ensino profissional: o processo de desmantelamento dos CEFETS. Campinas, SP: Papyrus, 2003.</p> <p>AZEVEDO, J. M. L. de A. A educação como política pública: polêmicas de nosso tempo. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.</p> <p>CABRAL NETO, A.; CASTRO, A. M. D. A. et al. Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais. Brasília: Liber Livro, 2008.</p> <p>FERREIRA, N. S. C. Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2006.</p>	



**INSTITUTO
FEDERAL**

MODALIDADE A DISTÂNCIA

DISCIPLINA

Libras - Língua Brasileira de Sinais

Período letivo: 2º Semestre

Carga Horária Horas: 60 h

DESCRIÇÃO/EMENTA

Noções básicas sobre a educação de surdos e sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Compreensão de semelhanças e diferença entre LIBRAS e Português. Introdução à gramática da Língua Brasileira de Sinais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 2006 - (Coleção Primeiros Passos).

FELIPE, Tanya Amara. **LIBRAS em contexto**. Rio de Janeiro: MEC/SEESP - FENEIS, 2001.

QUADROS, Rocine Muller, KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR


BUENO, José Geraldo Silveira. **A educação do deficiente auditivo no Brasil: situação atual e perspectivas**. Em Aberto, Brasília, DF, ano 13, nº 60, 1993.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **O que é linguística**. São Paulo: Brasiliense, 1998 - (Coleção Primeiros Passos).

SKLIAR, C. (org.) **Atualidade da educação bilíngue para surdos**. Vol.II. Porto Alegre: Mediação, 1999.

MOURA, M. C. de. **O surdo: Caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

QUADROS, R. M. de. **Educação de surdos: A aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT	
	MODALIDADE A DISTÂNCIA	
DISCIPLINA		
Fundamentos Sociopolíticos e Econômicos na Educação		
Período letivo: 2º Semestre	Carga Horária Horas: 90 h	
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>Estado, Educação, Sociedade e Economia capitalista. Políticas Sociais e Educacionais no Brasil. Neoliberalismo, Educação e Trabalho e Reestruturação Produtiva. Educação e Trabalho em uma perspectiva Emancipatória. Educação Profissional: relações entre mundo e mercado de trabalho. Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva. São Paulo: Cortez, 2015.</p> <p>GENTILI, P. A. A. e SILVA, T. T (org.). Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas. 13. Ed. Petrópolis, RJ: VOZES, 2010.</p> <p>OLIVEIRA, D. A. Educação Básica, gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

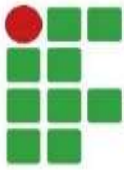
FRIGOTTO, G. **A educação e a crise do capitalismo real**. 6. Ed. São Paulo, Cortez, 2010.

KUENZER, Acácia Z. **Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**, São Paulo: Cortez, 2002.

MOZZATO, A. R. **Para além do ensino técnico: educação dialógico-emancipatória**. Passo Fundo: UPF Editora, 2003.

PARO, V. H. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

RAMOS, Marise. **História e Política da Educação Profissional**. Curitiba - Paraná; Instituto Federal do Paraná - Rede E-TEC Brasil, 2013. (Coleção Formação Pedagógica) - Virtual.

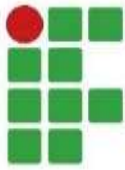
 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT
	MODALIDADE A DISTÂNCIA
DISCIPLINA	
Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica	
Período letivo: 2º Semestre	Carga Horária Horas: 45 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
<p>A base conceitual para o estudo da estrutura metodológica do projeto de pesquisa. Etapas da construção do projeto. Métodos e técnicas de pesquisa quantitativa e qualitativa. O relatório de pesquisa. A importância da pesquisa no processo de intervenção social. Exercício de elaboração de projeto de pesquisa, que aponte: objeto, problema, referencial teórico e metodologia.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>ANDRÉ, Marli Eliza D. A. de. Etnografia da prática escolar. 18. ed. 5. reimp. Campinas: Papyrus, 2016.</p> <p>YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.</p> <p>PIMENTA, Sema Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro. (Orgs) Pesquisa em educação: possibilidades investigativas/formativas de pesquisa-ação. Volume 1. 2.ed. São Paulo: Lopyola, 2012.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	

GOMEZ, Carlos Minayo; FRIGOTTO, Gaudêncio; ARRUDA, Marcos; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTA, Sema Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro. (Orgs) **Pesquisa em educação: possibilidades investigativas/formativas de pesquisa-ação**. Volume 2. 2.ed. São Paulo: Lopyola, 2014.

BECKER, S. Howard. **Método de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997. DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia da Ciência**. São Paulo: Atlas, 1995.

 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT
	MODALIDADE A DISTÂNCIA
DISCIPLINA	
Seminário Integrador, Estudos Curriculares e Práticas Extensionistas I	
Período letivo: 2º Semestre	Carga Horária Horas: 90 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
<p>Atividades de integração curricular, mediadas pelo encadeamento das disciplinas desenvolvidas no primeiro ano da Licenciatura. Teorização do refletir sobre trajetórias pessoais, vivências de formação profissional realizadas durante o curso e do fazer pedagógico sobre temáticas da realidade escolar. Articulação das diferentes áreas do conhecimento e diferenciados saberes oriundos da práxis pedagógica para a elaboração de projetos de extensão.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BOLÍVAR, Antonio. O Esforço Reflexivo de Fazer da Vida uma História. In: Pátio, Ano XI nº 43 ago/out,2007, p. 12-15.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005</p> <p>PASSEGGI, M.C.; BARSOSA, T. M. Memórias, memoriais: pesquisa e formação docente. São Paulo/ Natal: Paulus/EDUFRN, 2008b. p.153-179.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>GIL. Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Ed.Atlas, 2008</p> <p>GOODSON, Ivor. A arte de contar a própria história. In: Pátio, Ano XI nº 43 ago/out, 2007, p.20-21.</p> <p>IMBERNÓN, Francesc. Aprender com as histórias de vida. In: Pátio, Ano XI nº 43 - Histórias de vida e aprendizagem - ago/out,2007, p.08- 11.</p>	

 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT	
	MODALIDADE A DISTÂNCIA	
DISCIPLINA		
Educação Especial na Perspectiva Inclusiva		
Período letivo: 3º Semestre		Carga Horária Horas: 60 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>Os direitos de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos na escola; A Educação Especial como estratégia de inclusão escolar e o papel do Pedagogo na escola inclusiva; Compreender e desenvolver estratégias de ensino e inclusão que atenda as crianças, jovens e adultos com deficiências: visual, auditiva, motora, intelectual, transtornos globais, etc.no cotidiano da sala de aula e na Sala de Recursos Multifuncional.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>BRASIL. Declaração de Salamanca e de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.</p> <p>DOMINGUES, C. A. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Universidade Federal do Ceará, 2010.</p> <p>JUNKES, Amélia de Oliveira. Formação de professores e condições de atuação em educação especial. Florianópolis: Insular, 2006.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

MANTOAN, M. T. E. (org). **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**
São Paulo: Editora Moderna, 2003


MAZZOTTA, José Marcos da Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

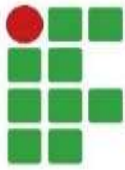
MILANEZ, Simone Ghedini Costa. **Deficiência intelectual: conhecimentos para uma prática educacional inclusiva.** In: OLIVEIRA, A. A. S., OMOTE, S.; GIROTO, R. M. (Org.). **Inclusão escolar: as contribuições da educação especial.** São Paulo: Cultura Acadêmica, Marília: Fundepe, 2008, p. 45-63.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Tradução de Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: ARTMED, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.**

7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT
	MODALIDADE A DISTÂNCIA
DISCIPLINA	
Teorias Educacionais	
Período letivo: 3º Semestre	Carga Horária Horas: 90 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
<p>Estudo das diferentes concepções teóricas e epistemológicas que fundamentam o campo da educação. Caracterização da teoria pedagógica dos clássicos aos contemporâneos. Discussão das tendências e correntes da educação a partir das teorias críticas e pós-críticas. Estudo dos contextos educacionais em diferentes espaços e tempos históricos</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BRANDÃO, Z. A crise dos paradigmas e a educação. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>GADOTTI, M. História das ideias Pedagógicas. Série Educação. São Paulo: Ática, 1995.</p> <p>GHIRALDELLI JUNIOR, P. Filosofia da Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>GILES, T. R. Filosofia da Educação. São Paulo: EPU, 1983.</p> <p>MORAES, M. C. O paradigma Educacional Emergente. São Paulo: Papirus, 1997. PAQUALY, L. (e Orgs.). Formando Professores Profissionais. São Paulo: Artmed Editora, 2001.</p> <p>SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.</p>	

 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT
	MODALIDADE A DISTÂNCIA
DISCIPLINA	
Organização do Trabalho Pedagógico	
Período letivo: 3º Semestre	Carga Horária Horas: 60 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
<p>Organização do Trabalho Pedagógico; Coordenação Pedagógica em Ambientes Escolares; Pedagogia em Ambientes Não-Escolares; Política, planejamento e avaliação da educação; Projeto Político Pedagógico. Criação e produção de: textos, materiais didáticos, procedimentos e projetos de aprendizagem, intervenções pedagógicas que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>HORA, Dinair Leal. Gestão democrática na escola: artes e ofícios de participação coletiva. Campinas: Papyrus, 1994.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo, Cortez, 2003.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2004.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e Pedagogos, para quê? 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002</p> <p>MURILO, F. Javier; Muñoz-Repiso, Mercedes. A qualificação da Escola: um novo enfoque. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p> <p>PARO, Vitor Henrique. Crítica da estrutura da escola. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. Questões Sobre a Organização do Trabalho na Escola. Revista Série Ideias no. 16. São Paulo: FDE, 1993. pp. 78-83.</p> <p>PUING, Josep M. (et al.) Democracia e participação escolar: propostas de atividades. São Paulo, Moderna, 2000.</p> <p>VEIGA, Ilma Passos A. (org) Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papyrus, 1996.</p>	

 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT	
	MODALIDADE A DISTÂNCIA	
DISCIPLINA		
Coordenação Pedagógica		
Período letivo: 3º Semestre		Carga Horária Horas: 90 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>O coordenador pedagógico como mediador do projeto pedagógico da escola para todos e todas; Coordenador Pedagógico: agente mediador e articulador na organização do trabalho Pedagógico; A função da coordenação pedagógica como um formador do professor na escola.</p>		
BIBLIOGRAFIA BASICA		
<p>ALARCÃO, Isabel. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. São Paulo: Cortez, 2005. 102p. (Coleção Questões da Nossa Época; 103)</p> <p>ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACO, Vera Maria Nigro (Orgs.). O coordenador pedagógico e questões da contemporaneidade. São Paulo: Loyola, 2006. p.11-24.</p> <p>BEZERRA, Edneide da Conceição. A tessitura da ação do coordenador pedagógico da EJA: saberes necessários à mediação do trabalho docente em alfabetização. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009. 255 p.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5ª Ed. Goiânia: Alternativa, 2004, 319p.

FERREIRA, Naura Syria Capareto (Org). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade da formação à ação**. São Paulo: Cortez, 2006, p.13-38.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político- pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Libertad, 2002. 213p.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: projeto de ensino aprendizagem e projeto político-pedagógico**. 16. ed. São Paulo: Libertad, 2006. 2005p.

 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT	
	MODALIDADE A DISTÂNCIA	
DISCIPLINA		
Projeto Político Pedagógico		
Período letivo: 3º Semestre		Carga Horária Horas: 60 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>Projeto Político Pedagógico - PPP da escola: pressupostos teóricos e fundamentos para a sua realização. Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN e as adaptações curriculares; Base Nacional Curricular Comum – BNCC; Educação Básica; Educação Profissional e Tecnológica e o PPP. O planejamento educacional como instrumento de formação docente e de espaço de trabalho coletivo.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>VEIGA, Ilma (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 19. ed. Campinas: Papirus, 2005.</p> <p>VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico - elementos metodológicos para elaboração e realização. 22 ed.- São Paulo: Libertad Editora, 2012 - (Cadernos Pedagógicos do Libertad; v. 1).</p> <p>VEIGA, Ilma Passos; FONSECA, Marília (orgs.). As Dimensões do Projeto Político- Pedagógico: novos desafios para a escola. Campinas, SP: Papirus, 2010 - (Coleção Magistérios: Formação e Trabalho Pedagógico).</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

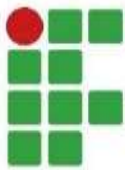
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização** - 2 ed. - São Paulo: Cortez, 2005.

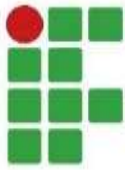
LUCK, Heloísa. **Ação Integrada: administração, supervisão e orientação educacional**. 27 ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3 ed. - São Paulo: Ática, 2000.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2002.

VEIGA, Ilma; RESENDE, Lúcia (org.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas: Papyrus, 1998.

 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT
	MODALIDADE A DISTÂNCIA
DISCIPLINA	
Educação Infantil	
Período letivo: 4º Semestre	Carga Horária Horas: 60 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
<p>História da concepção de infância e do atendimento a criança; Desenvolvimento da educação infantil e sua relação com o processo de aprendizagem; Aspectos teórico-metodológicos do ensinar-aprender na Educação Infantil; A rotina pedagógica na escola infantil: tempo, espaço.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>CRAIDY, C.; KAERCHER, G.E.(orgs). Educação infantil: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.</p> <p>GARCIA, Regina LEITE FILHO, A. (Org.). Em defesa da educação infantil. Rio de Janeiro: DP&A, 2001</p> <p>OLIVEIRA, Zilma M.R. Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez. 2001.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>KRAMER, S. (Org.). Infância e educação infantil. Campinas: Papyrus, 1999.</p> <p>KUHLMANN JR. Moysés. Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.</p> <p>LEITE FILHO, Aristeo; GARCIA, Regina Leite. (Orgs.). Em Defesa da Educação Infantil. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.</p> <p>BENJAMIN, Walter. A criança , o brinquedo e a educação. São Paulo. Summus, 1984.</p> <p>OLIVEIRA, Zilma (org). Educação Infantil: muitos olhares. São Paulo, Cortez, 2001</p>	

 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT
	MODALIDADE A DISTÂNCIA
DISCIPLINA	
Metodologias e Estratégias de Ensino na Educação Infantil	
Período letivo: 4º Semestre	Carga Horária Horas: 60 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
<p>Ementa: Estudos sobre adaptação escolar. Compreensão e análise do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Metodologias dos diferentes eixos de trabalho pedagógico: matemática, linguagem, natureza e sociedade, artes visuais. Estudos sobre as práticas pedagógicas no contexto da educação infantil.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>JUNQUEIRA, G. Linguagens geradoras: seleção e articulação de conteúdos na Educação Infantil. Porto Alegre: Mediação, 2005.</p> <p>OLIVEIRA, Z. Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>OLIVEIRA E SILVA, I. Profissionais da Educação Infantil: formação e construção de identidades. São Paulo: Cortez, 2003.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>BARBOSA, M.C. Projetos pedagógicos na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988, 305 p.</p> <p>BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.</p> <p>BRASIL. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Ministério da Educação, 1998.</p>	

 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT
	MODALIDADE A DISTÂNCIA
DISCIPLINA	
Metodologias e Estratégias de Ensino de Atividades Recreativas	
Período letivo: 4º Semestre	Carga Horária Horas: 60 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
<p>O estudo do lúdico, seus fundamentos teórico-práticos de procedimentos mediadores e integradores entre o agir, o sentir e o pensar, bem como suas relações com a educação. A compreensão da ludicidade na liberação do potencial criativo inerente ao ser humano enquanto sujeito individual e coletivo. O estudo da relação do lúdico com a cultura contemporânea. O desenvolvimento de uma proposta colaborativa de prática de ludicidade, com enfoques em metodologias e estratégias diversificadas.</p>	
BIBLIOGRAFIA BASICA	
<p>LUCKESI, Cipriano Carlos. Ludicidade e atividades lúdicas: uma abordagem a partir da experiência interna. Disponível em: http://www.luckesi.com.br/artigoseducacao_ludicidade.htm. Acesso em: 29 jul. 2015.</p> <p>MARTINEZ, Domenica. Implicações do Lúdico na Educação Escolar: Uma Análise da Revista Nova Escola 1996-2004. Dissertação de Mestrado. PUC - SP, 2006.</p> <p>MULLER, Cristina C. et. al. Conceito mente e corpo através da história. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n1/v11n1a05.pdf. Acesso em: 29 jul. 2015.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	

CAMPOS, Luiz Claudio de A. Menescal; GONÇALVES, Maria Helena Barreto; VIANNA, Maria da Conceição de O. **Lazer e recreação**. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 1998.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
MAFRA, S. R. C. **O lúdico e o desenvolvimento da criança deficiente intelectual**. [S.l.], Secretaria de Estado de Educação, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2444-6.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2017.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança, imitação, jogo, sonho, imagem e representação de jogo**. São Paulo: Zahar, 1971.

TAVARES, Rogério. **Games na educação: a batalha está começando**. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2004.

 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT	
	MODALIDADE A DISTÂNCIA	
DISCIPLINA		
Linguagem, Alfabetização e Letramento		
Período letivo: 4º Semestre		Carga Horária Horas: 90 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>Linguagem como mediadora das interações sujeito-cultura; O aprendizado da linguagem escrita; Alfabetização e letramento: conceitos, especificidades e inter-relações; Estudo dos processos de alfabetização e letramento; Métodos de alfabetização. Concepções e práticas de letramento. Métodos e materiais didáticos. As experiências de alfabetização de crianças, jovens e adultos; Concepções teórico-metodológicas do ensinar/aprender a linguagem escrita em um contexto de letramento; desenvolvimento de práticas textuais. Perspectiva político- social da leitura e da escrita. Literatura Infantil.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>SOLÉ, Isabel. Estratégias de Leitura. Porto Alegre: Artmed, 2015.</p> <p>SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. São Paulo: Contexto, 2017.</p> <p>FERREIRO, Emília. TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da Língua Escrita. Porto Alegre: Artmed, 2010.</p> <p>FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

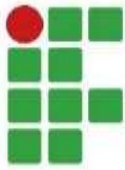
ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia; LEAL, Telma Ferraz (Orgs). **A alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva de letramento**. São Paulo: Autêntica, 2004. (EJA Estudos e Pesquisas).

BRAGGIO, Silva Lúcia Bingonjal. **Leitura e Alfabetização: da concepção mecanicista à sociopsicolinguista**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; ROSA, Ester Calland de Souza (Orgs). **Ler e Escrever na Educação Infantil: discutindo práticas pedagógicas**. Belo Horizonte: Autentica, 2011.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. Tradução de Horácio Gonzáles et. Al. São Paulo: Cortez, 1989.

FOUCAMBERT, Jean. **A leitura em questão**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT	
	MODALIDADE A DISTÂNCIA	
DISCIPLINA		
Metodologias e Estratégias de Ensino da Língua Portuguesa		
Período letivo: 4º Semestre		Carga Horária Horas: 60 horas
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>Linguagem, língua e fala. O ensino da Língua Portuguesa na perspectiva dos PCNs e BNCC. Variação linguística e o Ensino de Língua Portuguesa. Estratégias de leitura. Estratégias de escrita. Análise linguística. Gêneros textuais como objeto de Ensino de Língua Portuguesa. Literatura infanto-juvenil. O Ensino e Aprendizagem da Língua Portuguesa na BNCC.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC)- Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Ministério da Educação. Brasília: DF. 2019.</p> <p>BRASIL. MEC/SEF. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Brasília:MEC/SEF, 1997.</p> <p>GERALDI, Joao Wanderley (org). O texto na sala de aula. 4.ed. São Paulo: Ática, 2006.</p> <p>BAGNO, Marcos. Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>ABRAMOVICH, Fanny. Literatura Infantil.Gostosuras e bobices. 5. ed. São Paulo: Scipione, 2003.</p> <p>BORTONI-RICARDO, Stella Maris (org). Leitura e mediação Pedagógica. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.</p> <p>CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e linguística. São Paulo: Scipione, 2003</p> <p>JOLIBERT, Josette. Formando crianças produtoras de texto. Porto Alegre: Artmed, 1994</p> <p>MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. Editora: Parábola, 2008.</p>		

 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT
	MODALIDADE A DISTÂNCIA
DISCIPLINA	
Seminário Integrador, Estudos Curriculares e Práticas Extensionistas II	
Período letivo: 4º Semestre	Carga Horária Horas: 90 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
<p>Atividades de integração curricular com objetivo de divulgação e apresentação das principais ideias/conceitos/temas abordados dentro das disciplinas, desenvolvidas no segundo ano da Licenciatura. Teorização por meio de memorial descritivo sobre as trajetórias pessoais (história de vida, autobiografia) a serem realacionados/apresentados num projeto de extensão, revelando as vivências profissionais e a relação do fazer pedagógico e as temáticas da realidade escolar.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BOLÍVAR, Antonio. O Esforço Reflexivo de Fazer da Vida uma História. In: Pátio, Ano XI nº 43 ago/out,2007, p. 12-15.</p> <p>JOSSO, Marie-Christine. Experiências de vida e formação. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>PASSEGGI, M.C.; BARSOSA, T. M. Memórias, memoriais: pesquisa e formação docente. São Paulo/ Natal: Paulus/EDUFRN, 2008b. p.153-179.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	

JOSÉLIA, Gomes Neves. **Cultura escrita e narrativa autobiográfica: implicações na formação docente**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em:
<http://books.scielo.org/id/zz66x/pdf/camargo-9788579831263-09.pdf>

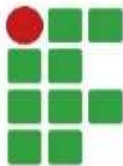
GOODSON, Ivor. **A arte de contar a própria história**. In: Pátio, Ano XI nº 43 ago/out, 2007, p.20-21.

IMBERNÓN, Francesc. **Aprender com as histórias de vida**. In: Pátio, Ano XI nº 43 - Histórias de vida e aprendizagem - ago/out,2007, p.08- 11.

MEIRIEU, Philippe. **Carta a um jovem professor**. Porto Alegre: ARTMED, 2006

MORETTO, Vasco Pedro. **Construtivismo: a produção do conhecimento em aula**. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

QUINTO SEMESTRE

 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT	
	MODALIDADE A DISTÂNCIA	
DISCIPLINA		
Metodologias e Estratégias de Ensino da História		
Período letivo: 5º Semestre		Carga Horária Horas: 60 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>O ensino da história nas séries iniciais: aspectos metodológicos; a questão da interpretação e a utilização de fontes históricas (escritas, orais, visuais, iconográficas). Conceitos de tempo, fato e sujeito histórico. A identidade como produção social e histórica: cidadania/identidade e as relações sociais. História local e aspectos culturais. Patrimônio material e imaterial. Propostas metodológicas para a inscrição da diversidade étnico-racial no cotidiano escolar. A prática escolar do ensino de história por meio da gamificação, das brincadeiras e as estratégias didático-metodológicas com materiais digitais e não-digitais. O Ensino e Aprendizagem de História na BNCC.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>COLL, César. (org.) Os conteúdos na reforma: ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes. Porto Alegre: Artmed, 1998. HARVEY, D. Espaços de esperança. 3ªed. São Paulo: Loyola, 2004.</p> <p>BITTENCOURT, Circe. Capitalismo e Cidadania nas atuais propostas curriculares de história. In: BITTENCOURT, Circe (org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Editora Contexto, 1998.</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC)- Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Ministério da Educação. Brasília: DF. 2019.</p> <p>HERNANDEZ, L. L. A África na sala de aula: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

ALMEIDA, Guilherme de. **Influência dos povos africanos e indígenas na cultura brasileira**. São Paulo: Afreaka: Coleção Tesouro Cultural. Disponível em <<http://www.afreaka.com.br/notas/colecao-de-livros-difunde-cultura-afro-brasileira-nas-escolas/>>.

ANDRADE, Lílian Gonçalves de. **Narrativa histórica e narrativa literária: pontos e contrapontos**. Disponível em <<https://www.seer.furg.br/biblos/article/viewFile/95/49>>

BRASIL. **Lei Nº 10.639, de 09/01/2003**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>

Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

VASQUES, Rafael Carneiro. **As potencialidades do RPG (role playing game) na educação escolar**. Disponível em

<http://portal.fclar.unesp.br/poseduesc/teses/rafael_carneiro_vasques.pdf>

FARES, Josebel Akel. **Memórias, cultura é memória.** Disponível em: http://www.intermidias.com/jerusa1/textos/Dossie%20Jerusa_Cultura%20e%20memoria_Josebel%20Akel%20Fares.pdf.



**INSTITUTO
FEDERAL**

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT

MODALIDADE A DISTÂNCIA

DISCIPLINA

Metodologias e Estratégias de ensino da Geografia

Período letivo: 5º Semestre

Carga Horária Horas: 60 h

DESCRIÇÃO/EMENTA

O ensino de Geografia nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental: tendências, pressupostos teórico-metodológicos. A construção dos conceitos de espaço e tempo e relações sociais. Processo ensino-aprendizagem de Geografia nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental. O Ensino e Aprendizagem de Geografia na BNCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITENCOURTT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. Contexto, 2001.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)- Educação Infantil e Ensino Fundamental I**. Ministério da Educação. Brasília: DF. 2019.

ALMEIDA, R.S.; PASSINE, E. Y. **Espaço Geográfico: ensino e representação**. São Paulo: Contexto, 1994.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; CALLAI, Helena Copetti; SCHAFFER, Neiva Otero; KAERCHER, Nestor André. *Geografia em sala de aula: práticas e reflexões*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BIER, Augusto Franke. O uso da charge na sala de aula. XX Congresso Brasileiro de Ciências de Comunicação/GT13 - Comunicação e Educação, 1997.


PEREIRA, Diamantino; SANTOS, Douglas; CARVALHO, Marcos de. Geografia: Ciência e espaço. São Paulo: Atual, 1993.

KOZEL, Salete. **Didática de Geografia: memórias da terra: o espaço vivido.** São Paulo, FTD, 1996. 36

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO. (Secretaria de Educação

Fundamental) **Parâmetros Curriculares Nacionais** Brasília/MEC/SEF, 1997

PENTEADO, Heloisa Dupas. **Metodologia do ensino de História e Geografia**. São Paulo, Cortez, 1992.

 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT
	MODALIDADE A DISTÂNCIA
DISCIPLINA	
Metodologias e Estratégias de ensino da Matemática	
Período letivo: 5º Semestre	Carga Horária Horas: 90 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
Visão histórica, epistemológica e a função social da Matemática. A formação do conceito de número e o Sistema de Numeração Decimal. Perspectivas metodológicas para o ensino de Matemática na Educação Infantil, Ensino Fundamental I e Ensino Profissional. Propostas de interfaces interdisciplinares para o ensino de Matemática. Planejamento e elaboração de atividades e materiais de ensino na área da matemática nos anos iniciais da alfabetização. O Ensino e Aprendizagem de Matemática na BNCC.	
BIBLIOGRAFIA BASICA	
CARVALHO, Dione Luchesi. Metodologia do ensino da matemática . São Paulo: Cortez, 1994.	
FAYOL. A criança e o número: da contagem à solução de problemas . Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.	
BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC)- Educação Infantil e Ensino Fundamental I . Ministério da Educação. Brasília: DF. 2019.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	

D'AMBROSIO, B. **Formação de professores de matemática para o século XXI: o grande desafio**. Pro-posições, v.4, n.1, p. 35-40, 1993.


D'AMBROSIO, Ubiratan. **Educação Matemática: da Teoria à Prática**. 10 ed. Campinas: Papirus, 2005.

GROSSI, E. P. (org.) (1993) **Construtivismo Pós-Piagetiano: um novo paradigma sobre aprendizagem**. Petrópolis, Vozes (3a.ed.)

SCHLIEMANN, A.D.et alli (1995). Na vida dez, na escola zero. São Paulo,

Cortez(9ª edição).

TOLEDO, Marília e TOLEDO, Mauro. **Didática de Matemática**. São Paulo: FTD,1997.

 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT
	MODALIDADE A DISTÂNCIA
DISCIPLINA	
Metodologias e Estratégias de Ensino das Artes	
Período letivo: 5º Semestre	Carga Horária Horas: 60 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
<p>Introdução aos conceitos e práticas sobre: teoria e método do Ensino das Artes. Relações Concepções e métodos desta modalidade de ensino. Relações e concepções pedagógicas e atividades artísticas na Escola. Relações concepções de arte e práticas de arte na escola. Concepções e metodologias do ensino da arte. Perspectivas de novos métodos. O Ensino e Aprendizagem de Artes na BNCC.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BARBOSA, A . M., org. Arte-Educação: leitura no sub-solo. São Paulo, Cortez Editora, 1997.</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC)- Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Ministério da Educação. Brasília: DF. 2019.</p> <p>FERRAZ, M & FUSARI, M. H. A arte na Educação Escolar. São Paulo: Editora Cortez, 1993.</p> <p>FERREIRA, S., org. O Ensino das Artes - construindo caminhos. Campinas: Papyrus Editora, 2004.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	

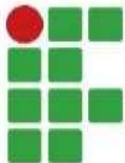
OSTETTO, L. e LEITE, M. I. **Arte, Infância e Formação de Professores.**
Campinas: Papyrus Editora, 2004.

PAREYSON, L. **Os Problemas da Estética.** São Paulo: Editora Martins
Fontes, 2001. PERONDI, J. D. et alii. **Processo de Alfabetização e**

Desenvolvimento do Grafismo Infantil. Caxias do Sul: EDUSC, 2001.

SILVA, S. **A Constituição Social do Desenho da Criança.** Campinas: Mercado da Letras Ed., 2002.

VYGOTSKY, L. **A Formação Social da Mente.** São Paulo: Martins Fontes Ed, 2000. SEF/MEC. Parâmetros curriculares nacionais/ 1o. e 2o. ciclos. Brasília:MEC, 1999.

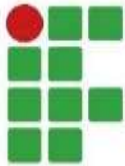
 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT	
	MODALIDADE A DISTÂNCIA	
DISCIPLINA		
Metodologias e Estratégias de Ensino de Ciências		
Período letivo: 5º Semestre	Carga Horária Horas: 60 h	
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>As Ciências Naturais (CN) e a Educação para a Cidadania na Educação Básica. O ensino de CN: um panorama das pesquisas na área. A organização do trabalho docente (planejamento e avaliação) na área de CN. O Ensino e Aprendizagem de Ciências na BNCC.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC)- Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Ministério da Educação. Brasília: DF. 2019.</p> <p>CACHAPUZ, A.; GIL-PEREZ, D. A necessária renovação do Ensino das Ciências. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>CHASSOT, A. Alfabetização Científica - questões e desafios para a educação. Ijuí: Unijuí, 2000.</p> <p>DELIZOICÓV, D.; ANGOTTI, J.A. & PERNAMBUCO, M. Ensino de Ciências: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

NARDI, R. (Org.). **A pesquisa em ensino de Ciências no Brasil: alguns recortes**. São Paulo: Escrituras, 2007.

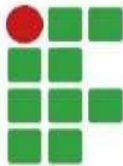
ASTOLFI, J.P. & DEVELAY, M. **A Didática das ciências**. São Paulo: Papirus, 1991. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. 2000. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Ciências Naturais**. Brasília, 1998.

GIORDAN, A. **As origens do saber** - das concepções dos aprendentes aos conceitos científicos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

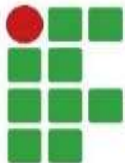
WEISSMANN, H. **Didática das Ciências Naturais** - contribuições e reflexões. Porto Alegre: Artmed, 1998.

 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT
	MODALIDADE A DISTÂNCIA
DISCIPLINA	
Legislação Educacional	
Período letivo: 5º Semestre	Carga Horária Horas: 90 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
<p>Educação como direito fundamental. Aspectos históricos da legislação educacional no Brasil. Estrutura Normativa e ordenamento constitucional, legal e normativo da educação brasileira para a Educação Básica e suas modalidades. Leis de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. As reformas educacionais e os planos de educação. Organização Didática da Educação Brasileira (Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN e Base Nacional Comum Curricular – BNCC). Leis e resoluções que regem a formação e a Carreira Docente. O papel do Estado e das políticas públicas de educação e profissionais. Implicações do Estatuto das Crianças e Adolescentes - ECA na educação brasileira. Legislação para a assistência ao estudante. Direitos referentes à: educação inclusiva, direitos humanos, educação indígena e de quilombolas, educação do campo, questões de gênero, sexuais, étnico-raciais e religiosas</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>CARNEIRO, Moacir Alves. LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 22ª. ed. Atualizada. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. CASTRO, Claudio de Moura. Educação brasileira: consertos e remendos. Nova. ed. rev. atual. Rio de Janeiro - RJ: Rocco, 2007. BRZEZINSKI, Íria. LDB/1996 Contemporânea: contradições, tensões, compromissos/ Íria Brzezinski (org.) - São Paulo: Cortez, 2014.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. O Estatuto da Criança e do adolescente e professor: reflexos na sua formação e atuação. São Paulo: Cortez, 2008. MOTTA, Elias de Oliveira. Direito educacional e educação no século XXI. Brasília: UNESCO, UMA, 1997. OLIVEIRA, Maria Eliza Nogueira; TORRES, Julio Cesar; DAVID, Alessandra. Política e Gestão Educacional - Questões Contemporâneas em Debate. Appris, 2017. RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes. Direito Educacional - Educação Básica e Federalismo. Quartier Latin, 2009 SAVIANI, D. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. 11. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.</p>	

SEXTO SEMESTRE

 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT	
	MODALIDADE A DISTÂNCIA	
DISCIPLINA		
Metodologia da Pesquisa, Inovação e Extensão em Educação		
Período letivo: 6º Semestre		Carga Horária Horas: 90 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>Pesquisa como princípio científico e princípio educativo. O processo de pesquisa enquanto forma de conhecer a realidade e enquanto formação educativa. O pensamento científico, o trabalho científico e suas especificidades. A metodologia científica e a educação. Elementos para a produção de um trabalho científico e análise crítico-reflexiva. Metodologia da produção acadêmica: estudo, fichamentos, resumo, resenhas, trabalho acadêmico. Normativas e Legislação. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Ética na Educação, o papel do Comitê de Ética e os processos de registro. Instrumentos, métodos e pesquisa em educação. A pesquisa: métodos e técnicas, tipos de pesquisa, a leitura produtiva. A pesquisa qualitativa, de campo, participante e a pesquisa-ação; O projeto de pesquisa, desenvolvimento e relatório. O projeto de pesquisa e a prática docente. O artigo Científico. Fomento da Pesquisa e da Extensão no Brasil. Instrumentos de otimização da pesquisa: pesquisa em bases, DOI, ORCID, fontes de pesquisa. Tecnologia e Aplicativos para a elaboração, o desenvolvimento e o compartilhamento de pesquisa. Os processos de divulgação dos resultados e publicação. Elaboração de projetos de pesquisa e/ou extensão.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. <i>Cadernos de Pesquisa</i>, n. 113, p. 51-64, julho, 2011.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22ª edição, São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>LUDKE, M. O professor, seu saber e sua pesquisa. Educação & Sociedade, ano XXII, nº 74, Abril/2001. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 27 de julho de 2011.</p> <p>THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>DEMO, Pedro. Saber pensar. 2. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

DEMO, Pedro. **Saber pensar**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002. TRIPP, David. **Pesquisa-ação**: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005
PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013
BEHAR, Patrícia Alejandra. **Complexidade e aprendizagem**: a dinâmica não linear do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2002.

 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT
	MODALIDADE A DISTÂNCIA
DISCIPLINA	
Educação de Jovens e Adultos	
Período letivo: 6º Semestre	Carga Horária Horas: 90 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
Fundamentos históricos e políticos da Educação de Jovens e Adultos- EJA. Sujeitos da EJA: Identidade do educador e do educando. Concepções Teóricas e Práticas. Metodologias e estratégias de ensino. Diversidade e Cidadania. Alfabetização e Inclusão Social. Educação e Trabalho na perspectiva de empoderamento e emancipação.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1970.</p> <p>GADOTTI, Moacir; ROMÃO José E. (Orgs.). Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.</p> <p>SOARES, Leôncio. Educação de jovens e adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 165 p (Diretrizes Curriculares Nacionais). ISBN 8574901415.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	

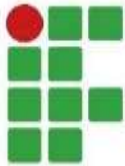
GERALDI, João Wanderley. (Org.) **O Texto na Sala de Aula**. São Paulo: Ática, 2003.

KAUFMAN, Ana M e Rodriguez, Maria Helena. **Escola, leitura e produção de textos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOARES, Magda. **Alfabetização em processo**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 2003. 113 p. (Coleção primeiros passos). ISBN 85-11-01038-6.

 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT	
	MODALIDADE A DISTÂNCIA	
DISCIPLINA		
Seminário TCC I		
Período letivo: 6º Semestre		Carga Horária Horas: 60 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>Iniciação à Pesquisa Científica e organização de texto científico. Pesquisa em Educação - aspectos gerais e específicos. Objeto de pesquisa: questões teórico-metodológicas. Análise e elaboração de projetos de pesquisa - identificação estrutural. Pré-Projeto de Pesquisa em Ensino.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo; ROSA, Maria Virginia de Figueiredo. Apontamentos de metodologia para ciência e técnicas de redação científica. Porto Alegre: [s.n.], 1999.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

SEABRA, G. F. **Pesquisa científica: o método em questão**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

TRALDI, M. C. **Monografia passo a passo**. 3. ed. São Paulo: Editora Alínea, 2001.

VIANNA, I. O. A. **Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica**. 20. ed. São Paulo: E.P.U., 2001.

VIEGAS, W. **Fundamentos de metodologia científica**. 2. ed. Brasília: Editora da UnB, 2001.

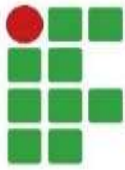
 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT
	MODALIDADE A DISTÂNCIA
DISCIPLINA	
Seminário Integrador, Estudos Curriculares e Práticas Extensionistas III	
Período letivo: 6º Semestre	Carga Horária Horas: 90h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
<p>Atividades de integração curricular mediadas pelo encadeamento das disciplinas desenvolvidas até o sexto semestre com o objetivo de refletir sobre: o ser professor na atualidade e suas práticas. Apresentar e levantar temáticas da realidade escolar, por meio das experiências e práticas de professores exitosas nas escolas. Proposta de um projeto de intervenção de caráter extensionista de acordo com a realidade.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>FURLANETTO, E. C. <i>Como nasce um professor? Uma reflexão sobre o processo de individualização e formação</i>. São Paulo: Paulus, 2003.</p> <p>ANGROSINO, Michael. <i>Etnografia e observação participante</i>. Porto Alegre: Artmed, 2007. Disponível em: http://site.ebrary.com/lib/minhabibliotecaufrgs/reader.action?docID=10687472&pp=4</p> <p>NÓVOA, A.(org.) <i>Os professores e sua formação</i>. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997. ZABALA, A. <i>A prática educativa: como ensinar</i>. Tradução de Ernani F. da Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	

OLIVEIRA, Inês Barbosa de, ALVES, Nilda (orgs). Pesquisa no/do cotidiano das escolas; sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. O trabalho docente. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. TEDESCO, Juan Carlos. O novo pacto educativo: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna. 2 ed. São Paulo: Ática, 1998. 150 p.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 1999.

WEIGEL, Valéria Augusta. Pesquisa e Prática Pedagógica: conhecer, participar e transformar. Amazônida - Revista do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, v. 6, n. 1, p.126-131, jan./jun. 2001.

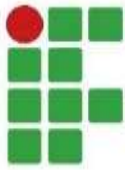
 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT	
	MODALIDADE A DISTÂNCIA	
DISCIPLINA		
Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica - Elaboração de Projeto de Pesquisa e Extensão		
Período letivo: 6º Semestre		Carga Horária Horas: 60 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>Elaboração de Projeto de Pesquisa e Extensão: Atividades práticas de elaboração e apresentação dos projetos de iniciação científica e tecnológica em formato de painel, pôster, jornal mural, mídias sociais e outras formas de divulgação. Instrumentalização do modelo do projeto, de acordo com as normativas e regras de elaboração de textos acadêmico-científicos, através da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT por meio das normas Brasileiras: NBR 6023/2002;; NBR10.520/2002; NBR 14.724/2005); NBR15287/2011. Elaboração de citações, referências, notas de roda-pé; Referências de documentos e outras fontes de informações: vídeos, documentos eletrônicos, iconografias,etc.; Apresentação e elaboração de projetos de pesquisa; Apresentação de trabalhos acadêmicos;</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICA - ABNT. NBR 15287. Apresentação do Projeto de Pesquisa. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICA. NBR 6023. Informação e documentação - Referências - Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICA. NBR 10520. Informação e documentação - Citações em documentos - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 10.ed. São Paulo: Cortez, .1989. V. 01.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4 ed. São Paulo; Atlas, 2006 SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICA. NBR 14724. **Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação**. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

SÉTIMO SEMESTRE

 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT
	MODALIDADE A DISTÂNCIA
DISCIPLINA	
Seminário TCC II	
Período letivo: 7º Semestre	Carga Horária Horas: 90 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
Planejamento, organização e desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Projeto de Pesquisa em Educação. Entrega TCC com os resultados parciais e apresentação em diversos formatos (comunicação oral, pôster, painel, mídias-digitais, entre outros)	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo; ROSA, Maria Virginia de Figueiredo. Apontamentos de metodologia para ciência e técnicas de redação científica. Porto Alegre: [s.n.], 1999.</p> <p>FERNANDES, A. B.; MENEZES NETO, E. L.; FACCIOLI, G. G. Diretrizes e normas para elaboração de monografias. Aracaju: Faculdade Pio Décimo, 2002.</p> <p>RAMPAZZO, L. Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. São Paulo: Loyola, 2002.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>ISKANDAR, J. I. Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2004</p> <p>SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2002.</p> <p>TRALDI, M. C. Monografia passo a passo. 3. ed. São Paulo: Editora Alínea, 2001. VIANNA, I. O. A. Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica. 20. ed. São Paulo: E.P.U., 2001.</p> <p>VIEGAS, W. Fundamentos de metodologia científica. 2. ed. Brasília: Editora da UnB, 2001.</p>	



LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E
EPT

MODALIDADE A DISTÂNCIA

DISCIPLINA

Oficina de Projetos de Iniciação Científica - Implantação de Projeto de Extensão- Prática Extensionista

Período letivo: 7º Semestre

Carga Horária Horas: 60 h

DESCRIÇÃO/EMENTA

A coleta de dados enquanto aplicação e execução da pesquisa (empírica, teórica ou de campo) integrando todos os componentes/elementos do projeto de extensão, fortalecendo a integração teoria/prática. Socialização dos resultados prévios e divulgação dos resultados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEHERENS, Marilda Aparecida. Projetos de aprendizagem colaborativa num paradigma emergente. In: MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papyrus, 2000.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

PEÑA, Antonio Ontoria. **Mapas conceituais: uma técnica para aprender**. Edições Loyola, São Paulo, SP: 2005.

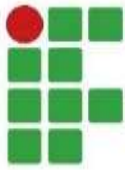
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

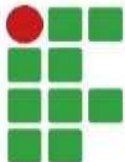
SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

THIESEN, Juares da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13 n. 39 set./dez. 2008. P 545-598.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2007. Disponível em:
<http://site.ebrary.com/lib/minhabibliotecaufrgs/reader.action?docID=10687472&pp=4>

OLIVEIRA, Inês Barbosa de, ALVES, Nilda (orgs). **Pesquisa no/do cotidiano das escolas; sobre redes de saberes**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT
	MODALIDADE A DISTÂNCIA
DISCIPLINA	
Organização Curricular e Currículo Integrado na EPT	
Período letivo: 7º Semestre	Carga Horária Horas: 90 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
<p>O currículo como construção social e cultural. Teorias curriculares. O Projeto Pedagógico Curricular - PPC. Temas atuais e currículo. A Educação Básica e Educação Profissional na perspectiva do currículo integrado: concepções, princípios, organização. Práticas docentes por meio de projetos interdisciplinares na perspectiva do currículo integrado.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. ; RAMOS, M. (Orgs.). Ensino Médio Integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>LOPES, A. C.; MACEDO, E. (orgs.). Teorias de currículo. São Paulo: Cortez Editora, 2011.</p> <p>MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (Orgs.). Currículo, cultura e sociedade. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>ARROYO, M. G. Currículo, território em disputa. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2013. COSTA, M. V. (Org.). O currículo nos limiares do contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2005.</p> <p>HERNANDEZ, F.; VENTURA, M. A organização do currículo por projetos de trabalho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.</p> <p>SILVA, T. T. da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.</p> <p>SACRISTÁN, J. G. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.</p>	

 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT
	MODALIDADE A DISTÂNCIA
DISCIPLINA	
Educação Profissional	
Período letivo: 7º Semestre	Carga Horária Horas: 90 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
Educação e trabalho, o trabalho como princípio educativo. Sujeitos da Educação Profissional. Trajetória histórica e políticas públicas da educação profissional no Brasil; Pressupostos teórico-metodológicos da Educação Profissional e Tecnológica.; Integração da Educação Profissional com a Educação Básica. Currículo Integrado e as questões inter, trans e multi-disciplinares. Fundamentos para a Formação de Professores no Ensino Tecnológico.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>ARAÚJO, R. M. L., RODRIGUES, D. S. (Orgs). Filosofia da práxis e didática da educação profissional. Campinas: Autores Associados. 2011.</p> <p>FRIGOTO Gaudêncio. CIAVATA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>MOLL, Jaqueline e Colaboradores. (Org.). Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: Desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre, RS: Artmed Editora, 2009.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>BASTOS, João Augusto de Souza Leão de Almeida. Tecnologia e Interação. Coletânea Educação e Tecnologia - CEFET-PR. Curitiba, 1998.</p> <p>FRIGOTTO, Gaudêncio. Fundamentos Científicos e Técnicos da Relação Trabalho e Educação No Brasil de Hoje in: Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo. LIMA, Júlio César França (org.) Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.</p> <p>MARX, Karl. Textos sobre Educação e Ensino. Campinas, SP: Navegando, 2011.</p> <p>MANFREDI, Silvia Maria. Educação profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>MOURA, Dante Henrique. (Org.). Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional. Campinas: Mercado de Letras, 2014.</p> <p>MOURA, Dante Henrique (org.). Educação profissional: desafios teórico-metodológicos e políticas públicas. Natal: IFRN, 2016. 240 p. il.</p>	

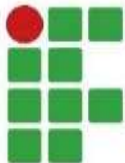
OITAVO SEMESTRE

 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT	
	MODALIDADE A DISTÂNCIA	
DISCIPLINA		
Metodologias Ativas de Aprendizagem		
Período letivo: 8º Semestre		Carga Horária Horas: 90 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>Apresentação, caracterização, discussão e compreensão teórico-prática do amplo e rico espectro das metodologias ativas (Active Learning) e algumas tecnologias digitais aplicáveis a educação compreende uma necessidade formativa premente dos docentes modernos. Nesse sentido, deve-se destacar a relevância, consistência, constância e conveniência do emprego dessas estratégias educacionais na rotina escolar, tendo por base o profundo conhecimento das mesmas, os limites e possibilidades que oferecem para potencialização da aprendizagem centrada no estudante.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ALLAL, L.; CARDINET, J.; PERRENOUD, P. A avaliação formativa num ensino diferenciado. Coimbra: Livraria Almedina, 1986.</p> <p>BENDER, W. Aprendizagem baseada em Projetos: educação diferenciada para o século XXI. Porto Alegre: Penso, 2014. 159 p.</p> <p>BERBEL, N. A. N.; GAMBOA, S. A. S. A metodologia da problematização com o Arco de Maguerez - uma perspectiva teórica e epistemológica. Filosofia e Educação, v. 3, n. 2, Out.2012.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

BERGMANN, J.; SAMS, A. **Sala de Aula Invertida: uma Metodologia Ativa de Aprendizagem**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. 104 p.

JENSEN, E. **Enriqueça o Cérebro - como maximizar o potencial de aprendizagem de todos os alunos**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

MAZUR, ERIC. Peer instruction: A user's manual. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1997. PERRENOUD, P. H. **Dez Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000. SAHLBERG, P. **Finnish Lessons 2.0: What can the world learn from educational change in Finland?** 2. ed. New York: Teachers College Press, 2015.

 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT
	MODALIDADE A DISTÂNCIA
DISCIPLINA	
Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica - Projeto de Pesquisa, Inovação e Extensão	
Período letivo: 8º Semestre	Carga Horária Horas: 90 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
<p>A importância dos processos de inovação e extensão como eixo integrador de todos os componentes curriculares, fortalecendo a integração teoria/prática. Construção de um projeto de extensão e/ou inovação utilizando-se da elaboração de projetos interdisciplinares com foco na Educação Profissional e Tecnológica – EPT e/ou na Educação Básica.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.</p> <p>FLEURI, Reinaldo Matias. <i>Educação popular e universidade: contradições e perspectivas emergentes nas experiências de extensão universitária em educação popular na Universidade Estadual de Campinas - Unicamp (1978-1987).</i> Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2001.</p> <p>SOUSA, Antônia de Abreu, GOMES, Raimunda O.A. (Organizadoras). Formação de professores. Experiências de Iniciação à Docência no IFCE. Fortaleza: Edições UFC, 2012.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação. 41ª Ed. São Paulo, Brasiliense 2004.</p> <p>MACHADO, Nilson José. Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>MORIN, Edgar. Os setes saberes necessários à educação do futuro. Tradução de Catarina Eleonora F. Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>M. de F. Bruno-Faria, M. V. de Araujo Fonseca. Cultura de Inovação: Conceitos e Modelos Teóricos. In: RAC, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, art. 1, pp. 372-396, Jul./Ago. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rac/v18n4/1415-6555-rac-18-04-00372.pdf.</p> <p>SEABRA, Carlos. Tecnologias na escola. Porto Alegre: Telos Empreendimentos Culturais, 2010.</p>	

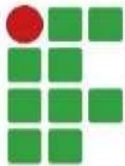
 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT	
	MODALIDADE A DISTÂNCIA	
DISCIPLINA		
Seminário Integrador, Estudos Curriculares e Práticas Extensionistas IV		
Período letivo: 8º Semestre		Carga Horária Horas: 90 h
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>Atividades de integração curricular, mediadas pelo encadeamento das disciplinas desenvolvidas no quarto ano da Licenciatura. Pensar a atuação e gestão na Educação Profissional e Tecnológica - EPT e da Educação Básica. Apresentação e divulgação dos projetos de intervenção pedagógica e/ou de extensão/inação desenvolvidas durante os semestres anteriores.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>CANÁRIO, Rui. A escola tem futuro? Porto Alegre, Artmed, 2006.</p> <p>CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>CORRÊA, Maria Laettia e PIMENTA, Solange Maria. Teorias da Administração e seus desdobramentos no âmbito escolar. IN OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. (org.). Gestão educacional: novos olhares e novas abordagens. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2005, p. 22-39.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

FONSECA, Marília. Projeto político pedagógico e o plano de desenvolvimento da escola: duas concepções antagônicas de gestão escolar. Cad. CEDES. (online). Dez. 2003, vol.23, N. 61

KUENZER, Acácia Zeneida. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. IN FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998

RAMOS, Marise Nogueira. História e política da educação profissional. Curitiba, PR: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em:
<<http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>>.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? Educação Pesquisa, v. 39, n. 3, p. 705-720, 2013. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/10.pdf>>.

 INSTITUTO FEDERAL	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT
	MODALIDADE A DISTÂNCIA
DISCIPLINA	
Seminário TCC III	
Período letivo: 8º Semestre	Carga Horária Horas: 90 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
Planejamento, organização das defesas dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo; ROSA, Maria Virginia de Figueiredo. Apontamentos de metodologia para ciência e técnicas de redação científica. Porto Alegre: [s.n.], 1999.</p> <p>FERNANDES, A. B.; MENEZES NETO, E. L.; FACCIOLI, G. G. Diretrizes e normas para elaboração de monografias. Aracaju: Faculdade Pio Décimo, 2002.</p> <p>RAMPAZZO, L. Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós- graduação. São Paulo: Loyola, 2002.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>ISKANDAR, J. I. Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2004</p> <p>SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2002.</p> <p>TRALDI, M. C. Monografia passo a passo. 3. ed. São Paulo: Editora Alínea, 2001. VIANNA, I. O. A. Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica. 20. ed. São Paulo: E.P.U., 2001.</p> <p>VIEGAS, W. Fundamentos de metodologia científica. 2. ed. Brasília: Editora da UnB, 2001.</p>	

ANEXO I

Esclarecimentos sobre alterações do PPC para turma do 2º semestre de 2018

O IFSULDEMINAS por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB) oferta o curso de Licenciatura em Pedagogia EPT junto a uma REDE formada por um grupo de Institutos Federais. Assim, o Projeto Pedagógico do Curso é um documento único para todas as instituições partícipes, que obrigatoriamente precisam adotar as alterações que são realizadas coletivamente no documento.

A Resolução CONSUP nº 03/2020 de 18 de março de 2020, homologada pela Resolução CONSUP nº 27/2020 de 27 de agosto de 2020, aprovam as modificações realizadas pela REDE no PPC inicialmente vigente pela Resolução CONSUP nº 086/2018 de 20 de dezembro de 2018 (que atualizou à Resolução CONSUP nº 019/2018, de 18 de abril de 2018).

Estas modificações não configuram mudanças estruturais, pois foram mantidas inalteradas a carga horária das disciplinas e, conseqüentemente, a carga horária total do curso. Foram realizados apenas ajustes em relação à ordem de oferta, nomenclatura de disciplina, atualização de ementas e legislações/resoluções vigentes.

Das alterações realizadas, ressaltamos que o componente curricular **Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais (AACC)** teve sua nomenclatura atualizada para **Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATP)**, contudo, para efeitos de registro acadêmico, será mantido para a turma ingressante no 2º semestre de 2018 o nome Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais e sua sigla AACC. Esta ação leva em consideração o menor impacto na vida acadêmica dos alunos devido a não possibilidade de transposição dos dados lançados em AACC para ATP. No entanto, a carga horária total da AACC mantém-se idêntica a de ATP, ou seja, 200 horas de atividades.

Esclarecemos que o IFSULDEMINAS possui uma única turma de Licenciatura em Pedagogia EPT, que ingressou no 2º semestre de 2018. A partir da publicação desse novo PPC, a turma irá adotar no 3º semestre em diante as modificações da matriz curricular propostas por essa resolução, com exceção da manutenção da terminologia AACC ao invés de ATP pelos motivos supracitados. Com isto, ressaltamos que a turma ingressante no 2º semestre de 2018 adotará no 1º e 2º semestres a matriz proveniente da Resolução CONSUP nº 086/2018 e do 3º semestre em diante a definida por esta resolução.